



ATA N.º 53/XI-4º/2016-17

1 – Aos dezassete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Salão da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almada, sito na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Comunidade Portuária de Lisboa”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Corrigenda às Opções do Plano 2017”

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental”

2 – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Lina Cristina de Matos Gonzalez; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



- Sr. Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 17 de fevereiro de 2017, (Ent. 7655/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
 - Sr.ª Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 17 de fevereiro de 2017, (Ent. 7662/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
 - Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 17 de fevereiro de 2017 (Ent. 7547/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
- 4.2** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:
- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de fevereiro de 2017, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias e por impedimento do cidadão Sr. António Abrantes de Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IV e V**).
 - O Candidato Sr. Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de fevereiro de 2017, da eleita Sr.ª Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida e por impedimento do cidadão Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, do cidadão Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, da cidadã Sr.ª Rita Margarida Cardoso Vieira e do cidadão Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI, VII, VIII, IX e X**).
 - A Candidata Sr.ª Luísa Maria Freire Galvão, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de fevereiro de 2017, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e Charneca de Caparica e Sobreda, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett e eleita na Junta da União das Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.ª Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respetivamente, (**Conforme Anexos XII e XIII**).
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 5** – O Sr. Presidente da Assembleia informou da documentação remetida pelo Gabinete da Presidência da Câmara Municipal (of. Nº 52/GP) com as declarações exigidas legalmente da Senhora Diretora do Departamento de Administração e Finanças e da Senhora Chefe de Divisão Financeira, por imperativo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.
- 6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 6.1** – Usou da palavra a Múncipe Exm.ª Senhora Marinela Valverde, residente em Almada.
- 6.1.1** – A Múncipe Exm.ª Senhora Marinela Valverde:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome dos meus irmãos Luís Filipe Valverde, Maria de Lurdes Valverde e de mim própria Marinela Valverde, venho aqui para poder entregar ao cuidado do Sr. Presidente da Assembleia Municipal Sr. José Manuel Maia e ao cuidado do Sr. Presidente da Câmara Sr. Joaquim Judas, dois exemplares e uma compilação de documentos referentes a dois tempos de prisão do nosso Pai Fernando Valverde. O objetivo sobretudo é para que seja qualquer destes documentos acessível a qualquer cidadão do Concelho e sobretudo para que fique na memória coletiva quem foi o meu Pai o nosso Pai Fernando Valverde e o que ele contribuiu na luta pela paz, pela liberdade e pela democracia. Por isso eu faço a entrega ao Sr. Presidente José Manuel Maia e ao Sr. Presidente da Câmara.”

6.2 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Afonso Luz, residente em Almada.

6.2.1 – O Munícipe Exm.º Senhor Afonso Luz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É muito simples a minha questão. Eu não sei se é o local próprio para a apresentar, todavia aqui a vou deixar. E é sobre o ruído excessivo do Metro Sul do Tejo. Eu creio que é notório o ruído que o Metro tem vindo a fazer e creio que é falta de manutenção ou outra questão qualquer que muitos cidadãos se interrogam como é que é possível de manter por este tempo já prolongado. Por vezes há um comboio que lá tem manutenção, mas muito reduzido. Quero dizer que o Metro Sul do Tejo é imprescindível a Almada, não é nenhuma crítica. Há muita gente que diz que o Metro pode ser dispensável, que atrapalha a cidade, que atrapalha os cidadãos. Não sou desses que assim vejo. Portanto, era se fosse possível, que tomassem em consideração essa situação e que eventualmente desse alguma resposta.”

6.3 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Carlos Calvário, residente em Almada.

6.3.1 – O Munícipe Exm.º Senhor Carlos Calvário:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta minha pequenina intervenção prende-se com uma exposição que eu fiz, que está relacionada com o estacionamento. Aliás eu tenho conhecimento que ontem já houve aqui também uma intervenção relacionada com o que se passa na rua Francisco de Andrade.

Eu sou um dos moradores desta rua Francisco de Andrade, no caso particular moro exatamente no prédio número dezoito, que está encostado à antiga EDP e que dispenso a palavra já pelo seu estado lastimoso em que está. Mas isso é outra história. Acresce que a esta rua, esta rua não se encontra, ao que se sabe, não se encontra contemplada com o Regulamento Municipal que permite que os moradores tenham também o privilégio, se assim se pode dizer, de ser contemplados com o estacionamento. E, portanto, isto permite que todas as pessoas possam ali estacionar, o que acontece com os trabalhadores, que se advém, porque sabem que naquela rua podem deixar os seus veículos, não é que eu tenha alguma coisa contra, pelo contrário, fazia exatamente a mesma coisa quer com esses quer com outros. Moradores na rua de baixo que têm diversos carros e não os utilizam ali podem ter os seus automóveis também, que não utilizam tão frequentemente dias ou até semanas. E, portanto,



isto deixa muito constrangimento para quem mora naquela rua, além das obras, enfim as coisas que são normais acontecerem. Quer isto dizer que qualquer transeunte está livre para estacionar pelo tempo que entender. Portanto, os trabalhadores daquela zona e todos os que ali circulam têm essa oportunidade, como é óbvio. Os moradores como eu, ao estacionarem os seus veículos, como já aconteceu, e aliás esta minha exposição vem na sequência também dessa multa que me foi aplicada pela ECALMA, porque uso o veículo e tive que numa das ocasiões deixar o carro na rua Infanta D. Beatriz onde havia um espaço e fiquei descansado. E, portanto, simplesmente fui multado e estou à espera da coima. Daí a exposição que fiz e que mandei registada para o Departamento de Trânsito e Mobilidade, em Vale Figueira.

Eu pergunto-me, interrogo-me se este Regulamento Municipal que permite que alguns moradores tenham esse privilégio e outros não o tenham, como é o meu caso e todos os que moram naquela rua e não serão únicas estas ruas, ainda que poucas. Eu pergunto-me se este Regulamento não é um Regulamento amplamente discriminatório? Porque pagando eu os meus impostos, como os demais com certeza pagam, porque é que eu ali a 10 metros se é que se pode falar nisso, nem são tantos, eu deixo o carro alguns metros abaixo, sou multado, os moradores que já têm esse privilégio se vierem para a rua onde eu estou não são multados e podem estar ali os dias que entenderem. Quer dizer, é absolutamente discriminatório, além disso dá a sensação que uns são moradores de primeira e outros moradores de segunda, o que coloca moradores contra moradores. E se me é permitido, eu tomei esta iniciativa exatamente por vir aqui, porque infelizmente para minha grande mágoa, já moro aqui em Almada há cinquenta e tal anos e para minha grande mágoa eu vejo do meu apartamento dois vizinhos à pancada por causa do estacionamento. Acho que isto é tão ridículo que isto deixou-me completamente de rastos. Aliás, isto é tão verdade que um dos moradores, o outro não sei, mas um dos moradores está aqui presente. Um dos Senhores está aqui presente. Um deu um soco no outro, o outro deu um soco no outro, etc., etc.. Eu pergunto, que tipo de Regulamentos são estes? Como é que se possibilita que uns moradores tenham certos e determinados privilégios e outros sejam colocados nesta situação. Era só isto que eu tinha para apresentar, penso que é um assunto que tem uma certa relevância e que devia ser tomado em consideração.

Entretanto, eu tenho aqui a exposição que fiz para o Departamento, não sei se querem ficar também com esta exposição, se for o caso.”

6.4 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.4.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu começaria por pedir ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins para responder às questões relacionadas com o ruído e com o estacionamento e depois ainda diria umas palavras.



6.4.2 – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes;

Duas notas então, uma sobre o ruído excessivo do MST, que aliás ontem foi aqui objeto, já tem sido objeto de Moções que o apontam como um problema muito sentido pela população e que também tem sido objeto de muitas démarches da Câmara junto da MTS, da Concessionária Metro Sul do Tejo, no sentido de resolverem um problema que principalmente em zonas de curva, de inclinações mais acentuadas é identificado por muitos Munícipes e causam incómodo perfeitamente inaceitável numa infraestrutura destas, e que deveria ser de qualidade e que fosse um transporte que não colocasse este tipo de problemas. Têm vindo a ser assumidas naturalmente por parte da Concessionária algumas medidas no sentido de minorar o problema, nomeadamente colocando alguns elementos para poder olear a linha nas zonas de cruzamento e nas zonas de viragem, mas com resultados que não são minimamente aceitáveis e que continuam a manter o problema. Existe uma questão que tem a ver provavelmente com situações que eles identificam com uma coisa que eles chamam rodas quadradas, mas as rodas deveriam ser redondas, não deveriam ser quadradas e, portanto, ou seja, tem uma deformação que causa este tipo de ruídos e que terão que ser objeto naturalmente de um investimento. Exigimos que esse investimento seja feito, temo-lo exigido várias vezes e naturalmente não deixaremos de o continuar a fazer, não baixando os braços, enfim levando mais uma vez e iremos fazê-lo já na próxima semana levando mais uma vez à Concessionária, à MTS esta reclamação que mais uma vez aqui vem e dando força a que de facto a população exija que este transporte tenha a qualidade com que foi anunciado.

A outra questão, rua Francisco de Andrade, Regulamento Municipal. Já foi aqui ontem objeto de intervenção de um Munícipe como foi aqui referido, esta rua e outras ruas ficam em zonas fronteira com zonas que são objeto de Regulamento. Os Regulamentos que existem foram em zonas que chamámos na altura piloto, em zonas anexas ao canal do Metro Sul do Tejo, no sentido de resolver um problema de estacionamento reservando os lugares para os residentes e criando lugares tarifados. Não se alterou ainda esses Regulamentos Específicos, determinam e que limitam estas zonas regulamentadas, queremos fazê-lo, queremos fazer mais do que isso e já anunciámos também a nossa intenção de alterar o Regulamento Geral de Estacionamento em que naturalmente vamos recolher aquilo que tem sido ao longo destes anos um conjunto de reclamações, de desejos, de exigências que têm vindo a ser colocadas, no sentido deste Regulamento ser o mais apropriado possível para quem é utilizador de automóvel na nossa cidade. Isto passa também por alterar os Regulamentos Específicos e nesse momento sim poderão ser tidos em conta estas situações de fronteira que neste momento causa evidentemente o incómodo que aqui é referido, as pessoas para não pagarem nas zonas que são tarifadas, saltam para zonas que não estão regulamentadas, onde não tem pagamento e cria este tipo de perturbações que aqui são identificadas. Temos várias na cidade, conhecemo-las e queremos também no âmbito destas revisões de Regulamentos fazer uma alteração a esta situação.”



6.4.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Carlos Calvário e em relação à questão colocada pelo Sr. Afonso Luz, os esclarecimentos que é possível dar, mas também uma preocupação que é comum.

Queria agradecer a resenha que nos foi aqui trazida pela Dona Fernanda Valverde, em nome da família. Queria dizer que conheci ainda o seu pai e convivi com ele e partilhámos alguns momentos de convívio e de luta, e enfim queria destacar o imenso valor do homem que foi seu pai.

Só queria já agora, se me permite, ler aqui duas passagens dos autos que a PIDE preparou e que agora só folheando o livro justificam que o refira. Dizia a PIDE, “Este arguido não demonstrou sequer o mínimo indício de regeneração, manifestando antes pelo contrário um mórbido orgulho por ter de ser julgado e condenado, considerando esse facto por si uma glória ou benefício do dito Partido em que milita, o Partido Comunista Português.” E mais à frente, nos autos diz assim, “Começou primeiro, isto é de acusação, começou primeiro por fazer parte da Comissão Cultural da Cooperativa Piedense, onde promoveu sob a sua direção e orientação um curso de Cultura Geral e um Curso Liceal para servir de base àquele, a seguir passou a atuar junto da massa associativa do Clube Desportivo da Cova da Piedade, onde conseguiu organizar um Curso de Ensino Secundário Particular Noturno e um Curso de Cultura Geral para os sócios daquela Coletividade, gratuitamente. Com aspeto inofensivo e insinuante, era exatamente através daqueles cursos e junto dos sócios do referido Clube que o frequentavam, que o arguido com subtileza lhes ministrava também uma pérfida e venenosa preparação doutrinária e subversiva.” Mas isto hoje parece fácil e é até motivo de algum grito, de algum sorriso ou riso, mas de facto era assim que se fazia, porque se era obrigado a fazer. Não estávamos aqui com elementos eleitos pelo povo livremente, seus representantes para discutir os problemas da nossa terra.

Foi graças a homens como Fernando Valverde que é possível estarmos hoje aqui. Muito obrigado ao Fernando, muito obrigado à família por se terem lembrado e ele com certeza que não será esquecido.”

6.4.4 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Eu permitia-me relativamente ao Sr. Afonso Luz, dar-lhe nota relativamente à questão do Metro Sul do Tejo que é uma situação grave que temos no nosso Concelho, que importa juntar esforços para que chegue a quem de direito. Mas, dar nota de que não é o primeiro que coloca este problema. Dizer-lhe até que dos residentes na avenida 25 de Abril, cerca de doze a quinze representantes de condomínio apresentaram ou escreveram à Assembleia Municipal a colocar as suas reclamações, relativamente ao ruído que ali acontecia. Da parte da Assembleia Municipal pediu a cada um desses representantes que autorizassem a que a Assembleia Municipal pudesse enviar essas reclamações para a Agência Portuguesa do Ambiente que é quem faz o controlo do ruído e até hoje, passados cerca de oito meses continuo à espera que me deem autorização. Por isso o que eu lhe colocava com a sua autorização, e penso que me dá, que eu envie a sua reclamação para a Agência Portuguesa do Ambiente, porque é



uma forma também de fazermos chegar as reclamações a quem de direito incumbe ou que tem que acompanhar essas reclamações e dar resposta às reclamações dos cidadãos, relativamente neste caso às rodas trapezoidais, já não são quadradas, são muito mais do que isso, do Metro Sul do Tejo. Pelo menos algumas carruagens do Metro Sul do Tejo, porque não são todas as carruagens, mas alguma são assim na verdade. Mas com a sua autorização assim se fará e com certeza aceitará.”

7 – Na continuação do Período de Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Ricardo – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, para uma declaração política sobre a Arte Xávega e usou ainda da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.1 – O Sr. Deputado Municipal José Ricardo – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Pesca, hoje designada por Arte - Xávega é um tipo especial de Pesca Portuguesa que tem séculos de história e que constitui um dos exemplos mais emblemáticos, e culturalmente mais significativos da etnografia, da história e da identidade Nacional de Portugal. E, por isso, desde sempre, é uma das realidades mais evocadas e mais utilizadas como cartaz turístico e como paradigma da cultura Popular Portuguesa.

A Arte – Xávega é uma atividade económica e cultura praticada por núcleos de pescadores que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em Portugal tem sido sempre exibidos como heroicos emblemáticos, turísticos, e paradigmáticos, mas também têm sido sempre, ou quase sempre, desprezados e esquecidos e que por isso tem vindo a sofrer muitas dificuldades.

Esta Arte é um tipo de Pesca Artesanal, uma realidade humana, sociológica, tecnológica e civilizacional absolutamente única e fascinante, que não tem equivalente em outra parte da Europa e do Mundo.

Continua por isso a ser preciso salvar esta realidade, e para que isso aconteça são precisos enquadramentos legislativos adequados - como uma exceção legislativa, que reflita e consagre, a extrema excecionalidade deste tipo de Pesca Portuguesa tão invulgar.

É também preciso que esta Pesca tão característica e emblemática, pelos seus reflexos e implicações de tipo etnográfico, histórico, cultural e patrimonial e até mesmo ambiental, turístico, económico e social, seja devidamente tida em conta na formulação de uma estratégia nacional para o mar.

Ontem dia 16 de fevereiro, a Arte – Xávega da Costa da Caparica foi inscrita no inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial. A importância que se reveste esta inscrição, enquanto reflexo da identidade dos núcleos piscatórios da comunidade em que esta tradição se desenvolve e pratica.

A par disto, não podemos naturalmente esquecer, o que é a génese histórica da Costa de Caparica, ligada às gentes do mar, tendo como principal enfoque esta Arte. As primeiras comunidades piscatórias da Costa da Caparica, transformaram os hábitos de vida, gerando uma realidade própria com especificidades únicas diferenciando esta comunidade de outras congéneres onde igualmente se pratica esta Arte de Pesca.



E como tal, temos que mobilizar a nossa ação que se deve traduzir na manutenção e reforço de uma maior afirmação da identidade e especificidade das suas valências económicas e culturais. Deve também traduzir-se na valorização das pessoas e famílias, pela definição da identidade específica da Cultura e do Património Imaterial daquela Arte de Pesca.

Com esta inscrição foi assim feita justiça a uma das mais antigas e tradicionais Arte de Pesca do País. Aproveitamos para saudar todas as entidades envolvidas que contribuíram para que este passo fosse dado.

Saúda-se a Direção Geral do Património pela inscrição da Arte – Xávega no inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial.

Saúda-se igualmente a CMA enquanto entidade promotora desta iniciativa.

Saúda-se o Centro de Arqueologia da Almada, na pessoa de Francisco Silva, pelo levantamento identitário desta Arte de Pesca.

E sobretudo, saúda-se e homenageia-se os Pescadores que souberam preservar e transmitir todos os segredos desta Arte de geração em geração.”

7.2 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Penso que em nome do coletivo municipal nos associamos à intervenção proferida. Sublinhar que a convergência de esforços de todos foi fundamental para que este resultado se tivesse alcançado e que a persistência e a luta dos Pescadores de facto foi o mais firme alicerce deste processo e que se trata agora, tal como concluímos em determinada altura, dar corpo a este reconhecimento. Mas sublinhar a importância de que com este reconhecimento no plano cultural também surjam as medidas que garantam a sustentabilidade dos Pescadores e das suas famílias e a manutenção desta Arte. O nosso trabalho com certeza continuará com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica, com todas as Juntas e sobretudo com os Pescadores, porque é de facto muito importante para o nosso Município, muito importante para o nosso Concelho esta conquista agora alcançada. Muito obrigado também ao Sr. Presidente da Junta por ter feito esta intervenção muito oportuna.

8 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

8.1 – Foi deliberado por unanimidade a alteração da agenda da presente Sessão Ordinária, através do aditamento de dois novos pontos (3.5 e 3.6), passando assim a ter a seguinte agenda:

...

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Comunidade Portuária de Lisboa”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Corrigenda às Opções do Plano e Orçamento do Município para 2017”



3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamento do Município”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização aos SMAS para assunção de compromissos plurianuais, exercício de 2017”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento de Organização dos SMAS”

8.2 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XIV**).

8.2.1 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do documento.

8.2.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou ser muito sumário em relação à apresentação. A documentação foi em tempo distribuída aos Srs. e Sr.^{as} Deputados/as, só sublinhar alguns aspetos daquilo que foi a atividade ocorrida nos meses de novembro e dezembro.

De referir que correspondendo a uma preocupação aqui várias vezes manifestada na Assembleia, no que diz respeito ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal, que se procedeu à reprogramação do processo de revisão do Plano perspetivando-se a conclusão da proposta preliminar até junho de 2017. Tal como já foi dito noutra ocasião, pensamos que não seria correto nem oportuno que a conclusão do trabalho de revisão do Plano Diretor Municipal fosse feita ainda durante este Mandato e já numa fase final do Mandato. A importância deste instrumento de ordenamento do território aconselha que para bem e interesse de todos e do Município, possa ser feito após as eleições que se realizarão no final do ano, dando assim também outra projeção ao debate que nessa ocasião se irá realizar. De qualquer maneira todo o trabalho para que a proposta preliminar seja feita deve estar concluído ainda durante este ano.

Sublinhar também o conjunto de Planos de Pormenor e de Urbanização que estão em curso, designadamente o que se refere à Fonte da Telha e ao Relatório de ponderação da discussão pública e de preparação de tomada de decisão quanto à proposta do Plano, que nos merece, para já referir, as maiores reservas. Será oportunamente sobre esta matéria motivo de pronuncia da Câmara Municipal.

Aprovou-se a 30 de novembro o Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica, um importante instrumento para o desenvolvimento daquela nossa Freguesia e tem havido progressos no que diz respeito ao Plano de Pormenor do Cais do Ginjal e também à Quinta do Guarda Mor.

Sublinhar ainda neste contexto, tal como ontem já foi referido, os esforços feitos para que se ultrapassassem um conjunto de obstáculos que dificultavam a projeção e a promoção do Plano de Urbanização de Almada Nascente e finalmente no início desta semana viu serem dados passos decisivos para que ele possa ser promovido de uma forma mais assertiva e com maior sucesso. Referir



aqui também o trabalho feito no âmbito da requalificação da Estrada Florestal da Costa da Caparica para a Fonte da Telha, as diligências feitas junto das Infraestruturas de Portugal e a informação já recolhida que pese embora o ter que se aguardar um período que a Lei impõe para que o processo de liquidação da Concessão do Baixo Tejo tenha efeitos, que este projeto possa avançar. Importante do conjunto de iniciativas e trabalhos feitos em torno das áreas urbanas de génese ilegal, em relação às áreas de reabilitação urbana atingimos já mais de 9 milhões de euros de investimento, exatamente 9 milhões 767 mil 864 euros e 96 cêntimos no que diz respeito às áreas de reabilitação urbana, um projeto no qual Almada foi pioneira e cujo resultado é de sublinhar.

Também gostaria de referir hoje aqui o trabalho feito em relação às populações a habitar as zonas das Terras da Costa e do 2º Torrão e sublinhar que hoje finalmente e na presença do Sr. Vice-Presidente foi ligada a luz nas Terras da Costa. A energia que permite que todas as habitações nas Terras da Costa passem a ter energia com o seu contador próprio e desligando-se hoje o gerador que durante mais um ano ali esteve a funcionar. Um trabalho que se pretende também levar a cabo em relação ao 2º Torrão, onde há progressos, aguardando-se agora que com a eleição da Comissão de Moradores que está em curso, o processo de eleição, que esse processo também possa ser finalizado. Uma iniciativa muito importante.

Há um conjunto de iniciativas na área do Ambiente, da Biodiversidade e da Energia, mas sobretudo queria sublinhar neste período a conclusão da elaboração do Plano Estratégico Integrado, Drenagem Pluvial da Bacia da Ribeira da Foz do Rego, onde no início deste Mandato ocorreram problemas com gravidade e que finalmente se encontraram as condições para uma intervenção que consolide uma solução duradoura para aquele espaço.

Queria depois ainda nas áreas da Educação, da Formação, Conhecimento e Juventude referir que se lançou a empreitada para a construção da Escola Básica 1º Ciclo Jardim de Infância da Quinta de Santa Maria, na Charneca de Caparica, uma obra de grande importância também para a população da Charneca de Caparica.

Continua-se o trabalho de recuperação e requalificação das Escolas da nossa direta responsabilidade, das Escolas do 1º Ciclo, num investimento de muitas centenas de milhar de euros e que foi impulsionado a partir da necessidade de substituir o fibrocimento que algumas dessas Escolas, que existia ainda em algumas dessas Escolas.

Referir na área da Cultura, do Desporto, da Solidariedade dois aspetos, um a importância e o dinamismo manifestado pela candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto, que embora não tenha tido o sucesso que nós desejávamos, que era sermos reconhecidos como Cidade Europeia do Desporto 2018, revelou a pujança da nossa atividade nesta área de grande dimensão, com grande mobilização quer de atletas, quer de ativistas, quer dos Clubes, quer de gente destacada na atividade desportiva de reconhecimento nacional e internacional, mas sobretudo aquilo que é particular na nossa e foi particular na nossa candidatura e que terá que ser sempre reconhecido que é a promoção do



Desporto para todos, para todas as idades e em todas as condições. Uma candidatura que dignificou este programa europeu e que naturalmente nos encoraja a levar mais longe esta nossa atividade independentemente do resultado agora obtido perante também uma grande cidade, a cidade de Braga que queremos aqui nesta oportunidade saudar.

Referir a continuação do trabalho solidário em matéria do realojamento e do programa de emergência social que só naqueles dois meses apoiou 164 novas famílias.

Referir no que diz respeito à Administração do Poder Local, dois aspetos, um o que diz respeito à continuação de um trabalho de informação de relevo por via dos suportes informáticos, registando-se nestes dois meses cerca de 120 mil visitas aos sites da Câmara e com 470 mil páginas visitadas e por outro lado o lançamento do projeto do Plano Municipal de Modernização Administrativa definindo-se um conjunto de objetivos que visam facilitar o acesso dos Municípios à Câmara e o melhor serviço público da Câmara Municipal.

Um pequeno apontamento, apesar do aumento significativo de trabalhadores, tínhamos nessa altura na Câmara Municipal 1766 trabalhadores, verificou-se uma significativa redução do número de acidentes de trabalho e da sua gravidade. Também reflexo de uma preocupação com o bem-estar e segurança dos nossos trabalhadores.

E era isto que gostava de sublinhar. Muito obrigado.”

8.2.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Pedro Maco, Carlos Guedes, Odete Alexandre, Nuno Matias, José Joaquim Leitão, Fernando Folgado dos Santos, Pedro Matias, Pedro Oliveira, Luísa Ramos, Teresa Paula Coelho – Presidente da Junta da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, Carlos Guedes, Ana Salvado, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.2.2.1 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aproveitando aquela que foi a deixa e a saudação deixada aqui pelo Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, o CDS-PP também manifesta satisfação e saúda também aquela que foi a atribuição deste reconhecimento à Arte Xávega da Costa da Caparica que dignifica este Município, dignifica todo o Concelho e dignifica os almadenses e as gentes da Costa da Caparica, e entendemos que possa estar aqui também um impulso maior para que verdadeiramente a Costa da Caparica possa ter futuramente o desenvolvimento que merece e aproveitar todos aqueles recursos, neste caso estamos a falar dos recursos do mar, mas também não esquecer que a Costa da Caparica tem também os seus recursos da terra e aproveitar também aqui para saudar todos os agricultoras, nomeadamente os das Terras da Costa. Aproveitando também esta matéria relativamente à Arte Xávega, a questão que o CDS-PP aqui deixa também dirigida diretamente ao Sr. Presidente, visto que estamos no início do ano, os índices e a atratividade de Portugal, nomeadamente Lisboa, Porto, Algarve relativamente ao



que tem a ver com o turismo, nós, o CDS-PP gostaria de saber que planos é que a Câmara Municipal tem para desenvolver mais um ano de turismo aqui no nosso Concelho, qual a promoção, se por exemplo vai antecipar a época balnear, se estão reunidas todas as questões de segurança para que possa haver mais atratividade, o que é que se está a fazer em termos de promoção do Concelho, nomeadamente quer internamente, quer também no exterior. E, portanto, Sr. Presidente apesar de, parece que as dormidas no Concelho continuamos num nível satisfatório, mas gostaríamos de saber Sr. Presidente o que é que a Câmara Municipal tem em mente para desenvolver todo o turismo e atrair todos os visitantes, quer aqueles internos, quer portugueses, quer também aqueles que do exterior, do estrangeiro nos vêm visitar. Não queremos que fiquem em Lisboa, queremos que esta parte de Almada seja uma continuidade daquilo que possa ser visitado em Lisboa, as novas praias não são piores de todo, que as praias do Estoril, portanto temos aqui um potencial em bruto que podemos desenvolver e gostaríamos de saber quais os planos que a Câmara Municipal tem para este mesmo ano.

Ainda relativamente a questões do Desporto, foi deixado aqui também a indicação por parte do Sr. Presidente, Sr. Presidente chegou informação ao CDS-PP que existe um equipamento junto ao Pavilhão Municipal dos Desportos em Almada, no Feijó, que são os Courts de Ténis. A informação que nos foi dada é que esses Courts de Ténis estão degradados, colocam inclusivamente em perigo a integridade física dos praticantes que vão utilizar esses mesmos Courts e, portanto, gostaríamos de saber se já foi sinalizada esta mesma situação e se não tendo sido o que é que a Câmara Municipal está a pretender fazer para que efetivamente aquele equipamento possa ser colocado em segurança e ao dispor da população.

Aproveitando ainda também nesse mesmo espaço, questionar também a Câmara Municipal relativamente às fontes que fazem o embelezamento de toda aquela área que parece que estão ao abandono e que pelos vistos não funcionam relativamente a água, durante algum tempo que aquelas fontes estão inativas, Sr. Presidente gostaríamos de saber também essa mesma questão.

Depois Sr. Presidente, uma questão que tem a ver com segurança, e pedia que o Sr. Presidente me corrigisse se eu estiver errado, penso que ultimamente o Sr. Presidente esteve junto de um representante do Governo para verificar as questões que têm a ver com o Quartel da GNR, neste caso da Trafaria e também com as questões do Forte de Almada, do Castelo de Almada. Gostaria de saber Sr. Presidente se realmente assim foi e se o Sr. Presidente pode dar mais informação relativamente a essa mesma matéria.

Ainda uma última questão Sr. Presidente. Está a decorrer, e como é do conhecimento de todos, um processo de descentralização e de competências e de atribuições para os Municípios e as Freguesias. Sr. Presidente eu gostaria de saber qual a posição do Município de Almada, qual a posição do Sr. Presidente da Câmara relativamente a este processo de descentralização e competências, recordando que o representante, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses é a favor desta descentralização, gostaria de saber qual é a opinião da Câmara de Almada.”



8.2.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito sucintamente e porque os quatro casos que aqui trago não são novidade. No dia 5 de novembro uma parte de um edifício na estrada da União Artística Piedense, na Cova da Piedade, vulgarmente conhecida por Barrocas, caiu. A parte de cima do edifício caiu, um edifício de dois andares. Por essa altura surgiu uma notícia no site da autarquia que depois teve repercussão nos meios da Comunicação Social de que seria criada uma Comissão de Inquérito e que o Relatório desta Comissão de Inquérito deveria estar concluído até 14 de novembro. Eu disse que teve repercussões na Comunicação Social e disse-o e ainda bem, porque a notícia desapareceu do site da Câmara e o Relatório nós não sabemos ainda o que aconteceu. Passaram três meses e gostaríamos de saber se o Relatório está concluído, se for esse o caso gostaríamos que fosse distribuído aos Grupos Municipais, se não estiver concluído, porque é que não está? O que é que se está a passar? Entretanto o edifício continua a esboroar, continua a cair aos bocados, o teto que ficou intacto já abateu e prevê-se que mais tarde ou mais cedo as paredes que ainda estão de pé possam vir a cair, convinha que se fosse terminar o serviço que, entretanto, foi iniciado.

Em relação à Tagol e ali à zona da Caparica, os cheiros que eram sentidos de forma mais forte nas alturas do Verão estão neste momento estendidos a todo o ano, a população ali da zona queixa-se, e com razão, e não é só da zona, o cheiro estende-se por uma boa parte da cidade de Almada. Gostava de saber se há medições da qualidade do ar naquela zona, se há alguns resultados que possam trazer alguma luz ao que ali se passa, porque nós não sabemos até que ponto é que a saúde das pessoas está a ser prejudicada pelo que ali se passa.

Em relação aos edifícios que foram adquiridos e que contaram com o voto favorável do Bloco de Esquerda, o edifício da Cooperativa Piedense, na Cova da Piedade, o edifício da antiga EDP aqui em Almada, gostaríamos de saber se já foram dados passos no sentido de encontrar uma finalidade para estes edifícios.

Íamos falar e vamos sobre o processo de realojamento das Terras da Costa. A notícia que o Sr. Presidente aqui avançou sobre a colocação de energia é uma boa notícia, mas não nos descansa de todo. Nós queremos perceber, percebemos agora que o processo de realojamento estaria um pouco dependente da eleição da Comissão de Moradores, quando é que serão dados passos concretos de facto no realojamento daquelas pessoas.”

8.2.2.3 – A Sr.^a Deputada Municipal Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou começar por um lamento. Lamento que o Sr. Presidente da Câmara não tenha comunicado a esta Assembleia Municipal as alterações que fez nos Pelouros dos seus Vereadores. Mas quero saudar a reabilitação prevista para o Largo 5 de Outubro na Cova da Piedade, nomeadamente a reabilitação do Chalé que em tempos esteve destinado à Associação de Professores no Concelho de Almada, e agora



a que se vai destinar essa reabilitação já tem uma finalidade? E o quiosque que lá existe no Largo 5 de Outubro, que está tão degradado e que dá tão mau aspeto a uma zona que era suposto ser nobre da cidade, a quem compete a reabilitação daquele quiosque? É ao concessionário ou é à Autarquia?

Quero saudar que venhamos a ter um mapa de promoção turística sobre o percurso entre Cacilhas e o Cristo Rei, e a sinalética? Vamos continuar com aqueles pequeninos sinaizinhos que ninguém vê? Os turistas continuam a ir ao engano até à Casa Municipal da Juventude, chegam lá e não têm saída, eles julgam que por ali, indo junto ao Rio conseguiriam chegar ao Cristo Rei, porque visto de Lisboa o Cristo Rei de facto fica próximo do Rio. Se a sinalética estivesse marcada no pavimento seria útil para os turistas que vão a pé e que gostam de ir a pé. Seria útil para os que vão no minibus que vem de Lisboa e seria útil para os TUCTUC que vêm no barco e que vão pela nossa avenida acima até ao Cristo Rei. Deixo a sugestão.

Finalmente, este Mandato aproxima-se do fim e é com tristeza que vejo duas das ambições para o Concelho, porque me bati ao longo deste mandato e outros anteriores, continuam sem solução, a Loja do Cidadão e os Julgados de Paz. A Loja do Cidadão já falámos longamente, não vale a pena voltar a falar nisso. Mas sobre os Julgados de Paz eu quero lembrar ao Sr. Presidente que houve um painel no Congresso Almada que tratava das questões da vizinhança, da boa vizinhança. Os Julgados de Paz seria um excelente contributo para essa boa vizinhança, porque muitos conflitos que se encontram na vizinhança poderiam ser resolvidos através desses Julgados de Paz.

E para terminar, qual é o ponto da situação da candidatura de Almada Cidade Amiga das Crianças?”

8.2.2.4 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, eu não queria deixar muitas questões, queria deixar sobretudo uma reflexão porque convirá, e eu sei que o Sr. Presidente da Câmara é uma pessoa que tem boa memória, nós desde o início do Mandato temos sugerido que os Relatórios que são distribuídos a todos os Deputados Municipais tragam um conjunto de indicadores de atividade municipal que nos permitam a nós que temos que fiscalizar e a todos os cidadãos que têm que acompanhar o trabalho que é desenvolvido pela autarquia, nos permita a nós poder saber a cada momento o que é feito, como é feito, com que meios, qual foi o processo de decisão e um conjunto de indicadores que nos ajudem de forma mais qualitativa a interpretar a boa ação ou a má ação, ou a reação ou a decisão da Autarquia a cada momento. E confesso Sr. Presidente de Câmara, gostava de não chegar a esta altura com a sensação de que infelizmente a sugestão caiu em saco roto. E caiu em saco roto não é porque me dê gosto em particular de estar a sinalizar novamente isso, porque acho que todos nós saímos prejudicados no desempenho das nossas funções e responsabilidades, no sentido de acompanhar de forma mais presente e de forma mais informada tudo aquilo que a Câmara faz e todos os processos que vai diligenciando. Eu gostava de dar alguns exemplos que nos parecem a nós que deviam estar neste tipo de Relatórios que nós já atempadamente fomos sugerindo. O Sr. Presidente nalguns momentos foram sinalizando que iriam



procurar integrar no Relatório, mas que infelizmente continuam a não constar e, entretanto, já passou um Mandato quase inteiro sem que essas melhorias tivessem sido sinalizadas.

Vários exemplos, a questão de apoio à fixação de atividades económica e o conjunto de diligências que são desenvolvidas pela Autarquia. E Sr. Presidente, olhando para o Relatório que nos foi distribuído, aquilo que vemos é por exemplo na linha 1.19, que é pomposamente apelidado de “apoiar a iniciativa empresarial e a captação de investimento no Concelho”, aquilo que aqui vemos como tem sido desenvolvido nos meses de novembro e dezembro resume-se a isto, e cito “promoção das potencialidades do território, realização de reuniões com a Direção da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal, sobre o projeto de reabilitação e aumento da área nas instalações da Cooperativa no Monte de Caparica”. Isto foi a iniciativa que durante dois meses a Autarquia desenvolveu para fixar atividades económicas no Concelho de Almada. E, portanto, Sr. Presidente, eu não estou a dizer que não possa ter feito mais, o que é certo é que o Relatório não o diz. Não o diz e leva a que nós não saibamos, apesar de reiteradamente questionarmos o que é que tem sido feito, que resultados é que têm sido obtidos. Infelizmente não temos esses dados, pelo menos de forma fina e volto a dizer, em nome do PSD, que nós gostaríamos que esses Relatórios e estes Relatórios nos ajudassem a nós e a perceber melhor o que tem sido feito e com que resultados. E Sr. Presidente, há outros exemplos que eu gostaria de acrescentar até no seguimento de alguns debates que temos tido e até na reação que ontem teve a uma intervenção que aqui fizemos ao sugerir que fizéssemos um requerimento. Sr. Presidente, às vezes os requerimentos é o fim da linha, porque nós quando fazemos as questões não é para aqui num momento de debate fazer qualquer tipo de acusação ou fazer aqui qualquer tipo de processo de intenção, é porque desejamos nós como desejam os cidadãos ter as informações mais adequadas para que possamos saber o que é que é feito, e Sr. Presidente dois ou três exemplos. Nós gostávamos por exemplo de saber e já aqui o questionámos em vários momentos e até nalgumas Assembleias onde foi necessário deliberar em relação a isso, gostávamos de ter tido a informação de como é que um conjunto de decisões foram tomadas, por exemplo ao nível da alienação ou da aquisição de terrenos ou imóveis pela Autarquia. Nós entendemos que por mobilizarem muitos meios financeiros, por ser objeto de deliberação nesta Assembleia conviria em nome da transparência e em nome da informação completa, que nós soubéssemos em primeiro lugar quem os avaliou, qual é o valor estratégico para a Autarquia, o projeto que se vai desenvolver e o Sr. Presidente da Câmara sabe e isso está na ata desta Assembleia, que atempadamente nós em dois ou três casos identificados pedimos essa informação e até hoje nunca a recebemos. Mas há mais, Sr. Presidente, nós também gostávamos de saber e estas Relatórios deveriam ter por exemplo aquilo que foram as relações contratuais, do ponto de vista de ajuste direto que são públicos, mas podiam estar sistematizados aqui do ponto de vista de informação ao público e aos Municípes, e aos Autarcas, aquilo que a Autarquia tem desenvolvido do ponto de vista de ajustes diretos, relações contratuais, contratos de programa, protocolos e pensamos nós que não é tão despiciendo esse tipo de informação, porque é qualitativa, ajuda-nos a nós a acompanhar a



realidade do Concelho, porque se a Câmara tem e bem, e eu quando vou usar estes exemplos não é para mencionar, mas se a Câmara tem o cuidado de dizer que acompanhou durante estes dois meses setenta e três culturas das hortas sociais e quando diz que disponibilizou mil e setenta rolos de sacos para dejetos animais, sem prejuízo deste tipo de iniciativa, não entende o Sr. Presidente que os contratos que a Câmara faz, os contratos programa que a Câmara desenvolve, um conjunto de parcerias que a Câmara vai firmando, não deviam estar neste Relatório ou neste conjunto de informação pública e de atividade municipal para que todos nós pudéssemos conhecer, avaliar e acompanhar?

E portanto, Sr. Presidente, até em jeito de resposta, aquilo que ontem sugeriu, apesar de serem dois requerimentos que ainda esta semana tinham dado entrada, por lealdade também a esta câmara, gostaríamos de dar a informação que o PSD fez chegar ao Sr. Presidente da Assembleia dois requerimentos exatamente a solicitar uma informação que julgávamos nós deveríamos ter à partida, não tinha mal nenhum ao mundo a não ser informação mais completa e não é fazer qualquer tipo de processo de intenção, é uma questão de mera informação que todos nós aqui e até os almadenses têm direito de ter. E, portanto, o PSD entregou dois requerimentos em que num deles pede toda a informação sobre os terrenos ou imóveis adquiridos ou vendidos pela Autarquia neste Mandato, nomeadamente identificando os locais, as contrapartes, os valores acordados, mas também os pareceres documentais que consubstanciam a avaliação dessas transações bem como aquilo que foram certamente os pareceres municipais que balizaram o valor estratégico dessas aquisições ou dessas alienações. Para além disso entregámos um segundo requerimento que tem a ver com algo que nós também já aqui colocámos nesta Assembleia noutras momentos, tem a ver com o Festival Sol da Caparica que entendemos nós enquanto Autarcas, sem pôr em causa o apoio que eu penso que é unânime à realização daquele Festival que pensamos nós que é fundamental que se tenha. Em primeiro lugar o Relatório de Contas desses Festivais, mas também a informação sobre que tipo de serviços foram contratados a quem, de que forma, com que custo, porque pensamos nós, lá está, é importante que nós enquanto Autarcas percebamos como é que a Câmara diligência aquilo que é a sua opção estratégica que do ponto de vista da realização do evento todos nós concordamos, para se concretizar um Festival e aí a nossa discordância, devia dar uma mais valia que permitiria ser reinvestida na Costa da Caparica. E nós gostávamos de ver as contas do Festival para vermos de que forma é que todos nós podíamos ajudar numa reflexão, para que o projeto do Sol da Caparica ainda seja melhor, que possa ter mais valias que possam ser reinvestidas na Costa da Caparica. E, portanto, por uma questão de lealdade deixamos esta informação pública, mas sobretudo Sr. Presidente, estes requerimentos surgem porque a informação não surgiu em tempo devido e nas informações municipais e nestes Relatórios a informação não foi tão rica como nós sempre sugerimos e não era uma questão de combate político, volto a dizer, é uma de sobretudo informação clara, transparente, objetiva para os Autarcas, mas também para todos os almadenses.”



8.2.2.5 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Neste período de informação da Atividade Municipal, o Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista gostava de abordar alguns aspetos relacionados com a Habitação Social.

Começamos por assinalar um aspeto positivo que é o alojamento de 234 famílias e também um aspeto que tem sido referido já algumas vezes como desejável e que se concretizou, referido pela minha colega de Bancada Maria D’Assis, que é a descentralização do atendimento nas questões da habitação. São dois aspetos positivos que na análise da atividade municipal faz sentido assinalar. De igual modo pensamos que é de referir como positivo para o Município a prática de realojamento em fogos espalhados pelo Concelho, produto de acordos com os bancos, é uma modalidade de realojamento que nos parece muito positiva, muito virtuosa uma vez que ao disseminar o realojamento pela malhar urbana evita processos de estigmatização e de surgimento de guetos e portanto é matéria que nós também já referimos no passado, continuamos a valorizar e achamos que deve ser reforçado e prosseguido no futuro. No entanto continuam a verificar-se alguns aspetos que nós consideramos que são falhas que merecem atenção e que podem de facto registar melhorias significativas. Refiro-me especificamente e nos bairros sociais aos aspetos relacionados com os espaços exteriores os equipamentos, a iluminação pública que já têm sido também referidos várias vezes por esta bancada e que continuam a carecer de atenção e melhorias muito significativas. O mesmo no que diz respeito à limpeza e recolha de monos que nos bairros sociais deixa bastante a desejar. E estas matérias penso que justificam uma atenção redobrada da parte da autarquia por apesar de haver alguns aspetos positivos que assinalamos, achamos que ainda há muito para fazer e podem de facto dar-se passos significativos em frente.

Também é de assinalar o que foi referido há pouco sobre a iluminação do bairro clandestino das Terras da Costa, os bairros clandestinos continuam a ter grandes dificuldades que decorrem em parte da sua natureza, mas noutra parte ainda razoável as dificuldades e as situações de desfavor podem ser minoradas e penso que não sendo uma solução definitiva a intervenção nos bairros clandestinos que se traduza em melhorias da vida das pessoas que lá estão é importante e portanto não merece uma atenção acrescida e uma intervenção continuada. Também já foi referido que no que diz respeito à habitação social e à parte a outra face da moeda que é a questão dos bairros clandestinos é necessária uma intervenção mais sistemática e enérgica da Câmara no que diz respeito à prevenção de novas situações de ocupação ilegal. Porque se os bairros clandestinos vão tendo solução pelo realojamento das populações, para que o Concelho não continue a viver com esses estigmas é necessário prevenir a reinstalação e a continuação destas práticas. Não quer isto dizer que as famílias carenciadas devam ter apoio, de qualquer modo a tolerância relativamente à habitação clandestina não é uma política social desejável em nenhum Concelho. Nestas matérias de habitação social já foi referido várias vezes por



esta bancada, reitera-se novamente a importância de se avançar com um Regulamento Municipal que reforce a transparência e clarifique os procedimentos nesta matéria.

Depois desta referência à habitação social e estando eu no uso da palavra, gostaria de fazer só mais duas referências que são perguntas que eventualmente podem ser respondidas agora ou no futuro, mas que vale a pena equacionar.

Relativamente à recolha de resíduos sólidos, no Relatório é apresentada uma quantificação das várias tipologias de resíduos sólidos recolhidos pelas contas, que é possível fazer com os números apresentados verifica-se que 5,5% dos resíduos sólidos são de recolha seletiva, vidros, papel e embalagens para reciclagem. Portanto aquilo que eu gostava de saber é, se a Câmara está confortável com esta percentagem, se é matéria que é considerada insuficiente se comparado com as boas práticas de outros Concelhos, merece um investimento significativo e, portanto, é matéria que eu acho que a Câmara podia desenvolver para nós percebermos qual é a ambição nesta matéria.

Também relativamente a um programa que globalmente é positivo e merece o apoio de todas as bancadas, penso eu, que é a intervenção ao nível das estradas. Na mobilidade urbana e acessibilidades referem 51 km de vias repavimentadas até 2018. Eu confesso que não tenho presente qual é que é a totalidade das vias no Concelho, 51% é significativo ou não. Portanto, de qualquer modo é matéria que nós acompanharemos, porque os cidadãos de facto sentem como uma grande penalização o não terem vias de qualidade para circular. E, portanto, sendo importante que 51 km sejam repavimentados, penso que era preciso a partir de um diagnóstico global ver qual é que é a perspetiva de repavimentação do conjunto das acessibilidades que o necessitam.”

8.2.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Folgado Santos (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho aqui perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já terá sido feito algo relativamente à Moção apresentada pelo PAN, em novembro e aprovada por esta Assembleia, no sentido de passar a haver opção vegetariana nas cantinas escolares.”

8.2.2.7 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma pergunta muito rápida, não sei se para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se para o Sr. Presidente da Câmara. Eu entreguei um requerimento nos últimos dias de novembro de 2016, para que me fosse fornecido um conjunto de elementos do património do Município, os prédios rústicos e urbanos e a sua localização. Já passaram dois meses e meio, não sei se é necessário algum aviso prévio para se fazer um print, mas acho que já basta, e penso que era importante fornecer esses elementos.”

8.2.2.8 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda valoriza que o Município de Almada ao longo do atual Mandato tenha atribuído 234 fogos de habitação, tendo prestado o apoio financeiro, cerca de 380 mil euros a mais de 1200



famílias que se viram obrigadas a recorrer ao Programa Municipal de Emergência Social. Mas os problemas da habitação são problemas muito vastos e sabemos que são complexos. No entanto, gostaríamos de referir nesta Assembleia Municipal e na sequência do que referimos na anterior em novembro, relativamente às obras do parque habitacional da Câmara, pois existem várias obras prometidas aos moradores e que continuam por concretizar. Os meses vão passando e as soluções vão sendo adiadas. Já aqui referi a visita efetuada no âmbito da 4ª Comissão, em que foram constatadas insuficiências e anomalias, sobretudo nas partes exteriores dos edifícios. No entanto, o que acontece é que na nossa opinião existe a necessidade de realizar um levantamento rigoroso para solucionar muitos problemas, alguns dos quais são do conhecimento da Divisão de Habitação há largos meses. O que nos foi dito na última Assembleia Municipal por uma moradora do edifício nº 15, da rua da Alegria no Laranjeiro, constitui apenas um exemplo. Foram realizadas obras no exterior do edifício, mas a realidade é que muito está por fazer. Continua muito por fazer e os moradores estão ansiosos pela realização das obras. É apenas um exemplo. Dirigindo-me diretamente ao Sr. Vice-Presidente da Câmara José Gonçalves, que assumiu há pouco o Pelouro da habitação, creio que os problemas existentes no parque habitacional da Câmara Municipal de Almada não podem deixar de merecer a atenção e soluções ajustadas às dificuldades encontradas e vividas pelos moradores. Na qualidade de responsável do Pelouro da Habitação, Sr. Vereador José Gonçalves, nós acreditamos que será possível encontrar decisões urgentes, muitas delas são do conhecimento, repito, da Divisão de Habitação, mas os moradores continuam ansiosamente à espera que sejam resolvidas e os meses vão passando, há infiltrações e há muitos outros problemas existentes em várias habitações do parque habitacional e nós não o podemos nem devemos ignorar.

Gostaria de referir um outro aspeto que se refere com o Centro de Saúde da Trafaria. Este problema não pode ficar esquecido. E todos os Partidos representados nesta Assembleia Municipal, não podem deixar que a população da Trafaria, Pera, Corvina, Cova do Vapor continue sem uma resposta aos seus problemas de saúde. A Costa da Caparica não é solução, é insuficiente e traz outros problemas às populações como são as deslocações, como são as despesas inerentes. Nós pensamos que a Autarquia, Câmara Municipal de Almada pode aqui também desempenhar conjuntamente, é evidente com todos os Partidos representados nesta Assembleia que têm responsabilidades para que a situação de saúde dos moradores desta zona do Concelho, os problemas existentes sejam salvaguardados. Está a ser feito o circuito de saúde e pensamos também que o Executivo não deixará de ter em atenção este problema na saúde no Concelho. Não é o único, mas é um dos problemas vividos por uma população que nós não podemos esquecer.

Finalmente referiria um assunto já trazido a esta Assembleia, algumas vezes, que se trata de uma situação que persiste e que desejamos saber quais as medidas tomadas pela Autarquia relativamente à retirada da grua da rua Eduardo Viana, no Feijó, que está numa habitação que deixou de existir, que ficou pelo meio e a grua persiste ali há seis anos sem qualquer utilização. Todos desejamos que não



aconteça algo de grave, que possa trazer consequências imprevisíveis para as pessoas, assim como para os edifícios ali localizados. Não podemos esquecer a proximidade da Escola do Chegadinho, as crianças, os jovens que ali estão, os Professores, toda comunidade educativa. Nós referimos de novo este problema, porque no entendimento do Bloco de Esquerda não é um problema de somenos importância, e já agora o que aconteceu recentemente na Guarda pode aqui ser referido como mais um sinal de alerta. Antes que algo aconteça a Autarquia terá com certeza que dar uma resposta relativamente às diligências realizadas.”

8.2.2.9 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu tenho sempre alguma dificuldade em, enfim, neste ponto da ordem de trabalhos, porque normalmente este ponto da ordem de trabalhos é mais utilizado para fazer perguntas sobre o futuro do que analisar o que está escrito durante dois meses do trabalho desenvolvido pelo Município. Mas uma vez que aqui se abordou algumas situações que nos parecem, do nosso ponto de vista, que podem ser abordadas e esclarecidas, se me permitem a expressão, nós gostávamos de colocar as questões da habitação social, que o Partido Socialista trouxe, que os Srs. Deputados do BE trouxeram e dizer que é um facto, há muito por fazer. Mas eu quase que me apetece ler o que está escrito neste Relatório sobre o trabalho desenvolvido nestes dois meses sobre a habitação social. E assumindo que ontem nós até discutimos uma Moção da CDU sobre as questões da habitação como direito e uma competência do Estado, eu acho que nós hoje estamos um bocadinho melhor que ontem na medida em que na Assembleia da República hoje foi votado por unanimidade um texto que efetivamente assume que a responsabilidade da habitação é do Estado e que as Autarquias aparecem um bocado como o complemento desse direito constitucional. Aliás o direito constitucional que nós focamos muitas vezes que é o tal artigo 65º, depois tem o nº 1, nº 2, nº 3, nº 4 e ali não há dúvidas para ninguém, de facto qual é a grande prioridade e de quem é a grande responsabilidade. Aliás, nós na nossa Moção, porque sabemos que tem que haver aqui cooperação com a Autarquia, até dizemos e não percebi muito bem porque é que o Bloco de Esquerda votou com algumas dúvidas esta Moção, porque nós nunca dissemos que o trabalho feito pela Autarquia está todo bem feito e não há nada para fazer. A própria Moção o diz, continuar a acompanhar o trabalho desenvolvido nos bairros municipais. Mas eu creio que o direito à habitação está muito para além do que se faz nos bairros sociais. E de facto é verdade que a Câmara Municipal tem que continuar a acompanhar esta frente. Mas, dizer Srs. Deputados que nós o que temos aqui são coisas, o número de coisas e de intervenções, e de resolução de problemas em dois meses, faz-me parecer, faz-me acreditar que a coisa vai continuar e muitos dos problemas que nós temos podem ser atenuados. E a questão da descentralização de competências Srs. Deputados é tudo muito bom para as Autarquias, mas têm que vir envelopes financeiros, recursos, porque nós não podemos continuar nesta senda de exigir às Autarquias a resolução de problemas que o Estado Central não está com capacidade de resolver. E, sim senhor, vamos lá ver agora com esta nova legislação, com



aquilo que foi hoje aprovado em sede da Assembleia da República se, se cria condições numa dinâmica conjunta para a resolução destes problemas.

Há uma outra nota que também nos parece importante. Com todos os constrangimentos e com tudo aquilo que está por fazer nos bairros da responsabilidade da Autarquia, tomaram os Municípes do bairro do IHRU terem os problemas todos resolvidos, e nós sabemos que não têm. O IHRU tem persistentemente mantido uma falta de conservação, uma falta de, digamos, de humanismo e humanidade, digamos assim, na relação com aqueles moradores. E apesar de voltar a insistir de que temos muito trabalho para desenvolver creio que o Relatório, a prestação de contas destes dois meses, dá-nos uma ideia da intervenção.

Sobre as questões da saúde e especificamente o Centro de Saúde da Trafaria, eu depois pedia à Sr.^a Presidente da Junta da Trafaria e Caparica para dar alguns traços do trabalho desenvolvido pela Autarquia. Não me parece nada justo que se diga que a Autarquia não está a acompanhar este problema. Eu creio que as questões da saúde são muito complexas, porque nós temos milhares de utentes sem médicos de família. Nós temos falta de médicos de família, temos uma capacidade agora a crescer do sector privado, mas isso não resolve os problemas, não pode resolver. Não podemos ficar descansados, não é por aqui que o problema do acesso à saúde e do direito à saúde e da defesa do Serviço Nacional de Saúde se pode dizer que vão ficar resolvidos. Não. De facto, entendemos que a Câmara, que as Juntas de Freguesia, que a Assembleia Municipal, todos nós em conjunto temos que efetivamente colocar junto do Governo as reivindicações necessárias para que a cobertura de médicos de família, de enfermeiros de família possa satisfazer as necessidades no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Por último uma nota. O Município disponibilizou há muitos anos um terreno para a construção do Centro de Saúde do Feijó, e continuamos à espera que o Poder Central viabilize a construção do Centro de Saúde do Feijó, e assim melhorar o acesso à saúde dos utentes do Laranjeiro e Feijó.”

8.2.2.10 – A Sr.^a Deputada Municipal Teresa Paula Coelho – Presidente da Junta da União das Freguesias da Caparica e Trafaria:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito obrigada por esta oportunidade de falar do Centro de Saúde da Trafaria. Como é óbvio a Autarquia e a Junta de Freguesia, eu sei que o Bloco de Esquerda sabe isso, nunca abandonou esta luta, porque a consideramos uma luta de todos e de todas. A realidade é que em três anos já pedimos várias reuniões com o Diretor Regional de Saúde. A primeira que tivemos foi porque era uma avaria no quadro elétrico, eu vou tentar não contar a história toda. Disponibilizámos o corpo de obras da própria Junta para ajudar. Afinal não era este problema. Seguidamente outras reuniões, seria não para todas as vertentes da saúde, mas para algumas, até hoje não sabemos quais. Nesse decorrer a própria Junta de Freguesia pôs um abaixo-assinado na rua para todos os utentes da Trafaria e não só, porque a própria Costa da Caparica é prejudicada nisto. Queremos entrega-lo há cerca de um ano ao Sr. Diretor



Regional, temos pedido várias reuniões, a última o Sr. Diretor Regional informou a Junta de Freguesia que recebia quando recebesse o Presidente da Câmara no circuito da saúde, com todo o respeito pelo Sr. Presidente da Câmara e pela Autarquia Câmara, a Junta é outra Autarquia e queremos falar sobre a situação em concreto e não no âmbito do circuito da saúde. Reiterámos este pedido de reunião e é este o ponto de situação.

Contamos com todos e com todas nesta luta. Porque isto é uma luta justa como todas e precisamos de todos. Temos noção que possam haver dificuldades de pessoal médico ou de enfermagem, pessoal administrativo, mas acho que nos devemos sentar todos à mesa e falar de forma clara. Há pouco falava-se das novas competências, não quero entrar de todo por aí, mas se foi possível fazer uma reorganização administrativa, então porque é que os utentes não estão na unidade de saúde do Monte de Caparica? Porque é que têm que estar noutra Freguesia que nem pertence à nossa União. São estas questões e outras que queremos ouvir.”

8.2.2.11 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, apenas porque o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda foi referido algumas vezes na intervenção da Sr.^a Deputada Luísa Ramos, da CDU.

Nós compreendemos que a Sr.^a Deputada lhe cause alguma confusão a forma como os outros Grupos Municipais gerem as suas intervenções, principalmente nesta parte da ordem de trabalhos que diz respeito à Atividade Municipal.

A nós também nos causa alguma confusão algumas intervenções do Grupo Municipal da CDU, mas não nos passa pela cabeça interferir na forma como os Srs. e Sr.^{as} Deputadas intervêm. Nós ontem, pensei eu que tivéssemos deixado claro o nosso voto condicional com um grande “se” em relação a esta Moção. Mas eu passo a explicar, e vou mesmo tentar ser muito sucinto. Nós conhecemos a Constituição como é evidente, e sabemos, e eu disse-o ontem, o Estado tem responsabilidades assumidas no que diz respeito à habitação, mas as Autarquias também assumiram responsabilidades, e é sobre essa questão que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda levanta as dúvidas e coloca um grande “se” na aprovação desta Moção. Está votado. Sr.^a Deputada, nós nem sequer tentámos alterar a formulação do conteúdo da Moção, apenas dissemos que votávamos com um grande “se” e o grande “se” é precisamente este, o que o meu Camarada Deputado Pedro Oliveira acabou por completar na intervenção de hoje. Nós temos muitas dúvidas sobre o estado geral do parque habitacional da autarquia, e os relatos que nos têm chegado consubstanciam essas dúvidas. Como tal nós não, disse-o ontem e repito hoje, não olhamos para o panorama de uma forma tão radiosa como os Srs. veem nesta Moção, é só.”

8.2.2.12 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Eu pedia ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins que respondesse a algumas questões colocadas, como matérias do ambiente.”

8.2.2.13 – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Então duas ou três questões. Sr. Deputado Municipal António Maco, a questão da antecipação da época balnear, para ser concretizada tem que ter como pressuposto que estão reunidos os requisitos para que tal possa acontecer, nomeadamente que exista a monitorização da qualidade da água quinze dias antes da abertura da época balnear; que exista a garantia da limpeza das praias por parte da Câmara isto tudo está garantido, não há problema nenhum. O grande problema coloca-se quando se considera a segurança e vigilância pelos operacionais que têm que garantir a vigilância das praias e da parte das associações de concessionários que têm que garantir esta vigilância. Não existe a condição, ou pelo menos por parte de uma destas associações, de garantir antes do dia 1 de junho. Consideramos que não há condições para que, porque a época tem que ser aberta em toda a extensão de praias, não há condições para abrir antes de dia 1 de junho. O que não quer dizer que não exista, que não esteja a existir preocupação com as várias entidades, nomeadamente com quem tem responsabilidade o Instituto de Socorros a Náufragos, no sentido de que é garantida até lá, nomeadamente em épocas de maior, enfim, quando já começa a aparecer algum bom tempo na Páscoa, etc., já começa a haver algum reforço de meios e até os próprios concessionários estão disponíveis para o garantir. Temos feito reuniões, temos acompanhado. É uma situação que nos preocupa, mas não é simplesmente dar o tiro de partida, é necessário que estejam garantidos que os corredores estejam lá no sítio para começar a correr.

Depois a questão colocada sobre a recolha de resíduos sólidos, só 5,5% de recolha seletiva por parte da Câmara, ou seja, a recolha seletiva é garantida pela AMARSUL, é a entidade que tem essa condição e competência na Península de Setúbal e que tem essa obrigação. Para além desta intervenção que é feita pela entidade a Câmara ainda 5,5% dos seus resíduos são de recolha seletiva que entrega naturalmente para valorização à AMARSUL. É complementar àquilo que é a recolha seletiva da AMARSUL.

Depois sobre as questões das medições na Tagol. A questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Guedes. Nós não temos esta responsabilidade, não é municipal, ela é da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), mas apesar disto com o protocolo que temos com a FCT (Faculdade de Ciências e Tecnologia) monitorizamos na zona do Pragal as emissões que vêm da Tagol. Naturalmente por força dos cheiros que são muito sentidos e muito objeto de reclamação, aliás eu tive ainda no início desta semana uma reunião com moradores daquela zona do Bairro do Matadouro, exatamente a queixarem-se disso, e nessa sequência fomos buscar aquilo que em setembro do ano passado, 2016, durante a Semana da Mobilidade fizemos uma monitorização com a FCT (Faculdade de Ciências e Tecnologia) daquele local e que incidiu sobre aquilo que são as emissões que são mensuráveis de poluentes



nocivos para a saúde pública o monóxido de carbono, o oxido nítrico, o oxido de enxofre, etc., um conjunto de poluentes e em todos os valores ficaram muito abaixo dos valores de referência máximos. No centro de uma cidade encontrar-se-á valores bastante mais elevados destes gases. O problema não se trata de emissão de gases, é mesmo problema de cheiros que não deixa de ser um problema de grande incómodo para aquela população.”

8.2.2.14 – O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecia em especial as considerações do Sr. Deputado José Joaquim Leitão, do Sr. Deputado Pedro Oliveira e da Sr.^a Deputada Luísa Ramos, que me dão a oportunidade de abordar esta matéria, também tendo recentemente chegado a esta responsabilidade que naturalmente consideramos ser uma questão central da comunidade e é pertinente a abordagem que efetuámos já, e gostaria de dar o meu contributo também.

A primeira consideração é que as questões sociais são muito mais abrangentes, o problema é muito mais abrangente do que a habitação. E das abordagens que nos últimos dias tenho feito, de facto confirmam-me que o problema das pessoas muitas das vezes passa pela habitação, têm a habitação como um assunto, mas é muito mais que a habitação. A vida das pessoas é uma vida de grande dificuldade no emprego, na habitação, na educação, na inserção social, enfim em tantos aspetos. E não devemos canalizar, do meu ponto de vista, que a solução passa sempre e só, ou fundamentalmente pelas questões da habitação. Mesmo quando se atribui uma casa, isso não resolve por inteiro a dificuldade da família, não resolve por inteiro a dificuldade do cidadão. No entanto a habitação é importante e é central em muitos aspetos. E também como disse a Sr.^a Deputada Luísa Ramos, é tão importante que desde logo na Constituição é atribuído ao Estado Central, sem prejuízo também que outros colaborem e façam e tenham ação, e tenham intervenção, mas cabe ao Estado a primeira das respostas. Talvez por isso hoje o Sr. Primeiro Ministro tenha apresentado um Plano Nacional de Intervenção de Recuperação de Habitações, e disse hoje, nós não conhecemos por inteiro ainda o Plano, que 115 milhões serão canalizados para intervenção prioritária em 8 mil e 500 casas, o que dará 13 mil e 500 euros casa. E esperamos que Almada também esteja considerado neste Plano e que não seja o último dos Planos, mas que seja uma intervenção consistente, integrada, por parte do Estado, no sentido de resolução dos problemas da habitação.

Da habitação que não é só habitação social, como sabemos, é o acesso à habitação em geral e depois em particular na habitação social. Mas também os Srs. Deputados trouxeram, também o Município tem responsabilidades, também o Município tem que intervir efetivamente, e é essa intervenção, é uma intervenção crescente da nossa resposta municipal, que tem sido canalizada com meios e com esforço dos serviços e da nossa organização e que já hoje passou por aqui, alguma dessa informação. Mas queria destacar desde logo o Plano de Emergência Social, que não estamos sozinhos, estamos com rede social no terreno e estamos a avaliar, e vamos avaliar a sua execução, e vamos ver se é possível



ir mais longe nalguns aspetos e ter presente aquilo que mais possa corresponder às necessidades das populações. Mas, está aí o Plano de Emergência Social, é uma resposta municipal importante e fundamental, a intervenção multidisciplinar com as famílias, seja das famílias já realojadas, seja com as famílias por realojar, como disse há pouco, os problemas são tão significativos e tão complexos, não basta apenas arranjar uma casa, é preciso depois continuar a acompanhar, continuar a ajudar e continuar a contribuir para que a inserção se faça de forma adequada, e isso só se faz com intervenção multidisciplinar e também com o envolvimento das próprias comunidades. É fundamental que não se espere apenas respostas, é fundamental que os inquilinos dos bairros sociais, que as pessoas que estão a precisar de habitação se organizem e tomem também nas suas mãos esta luta que é a luta pela habitação, que é a luta pela habitação condigna e que se organizem. Nós queremos que se organizem, queremos que estejam organizados. E o trabalho do Município nas Terras da Costa que levou à formalização da Associação de Moradores e com ela levou a que hoje pudéssemos de forma tripartida com o trabalho feito entre a Câmara Municipal, a Associação e a EDP, ter formalizado o abastecimento de energia às Terras da Costa, resulta da condição também dos próprios moradores se organizarem e intervirem relativamente àquilo que são as suas necessidades.

O que estamos a fazer e o que esperamos relativamente ao 2º Torrão passa também por isso. É fundamental que o processo eleitoral da Associação de Moradores se concretize, que eles tenham rosto, que eles tenham organização e que possam trabalhar com os restantes parceiros do território. E nós pensamos que o envolvimento das pessoas relativamente às suas necessidades é fundamental e é indispensável para podermos cumprir a nossa missão. É isso que desejamos quer relativamente aos que já têm casa, quer relativamente aos que ainda não têm. E consideramos também, quem está nos bairros sociais pode dar um contributo fundamental para as coisas estarem melhores, para as pequenas obras serem identificadas e bem identificadas, e respostas melhoradas relativamente a questões que são importantes para a vida das pessoas e que têm a ver com questões como o Sr. Deputado Pedro Oliveira aqui referenciou. Problemas às vezes de canalizações, coisas que são mínimas do ponto de vista da resposta, mas importantes para as populações.

O outro aspeto e por último, que gostava de referenciar, é o trabalho em parceria. Nós temos no Município de Almada uma prática de muitos anos e temos uma forte resposta das nossas instituições, e este trabalho não deve ser abandonado e esta linha de trabalho não pode ser abandonada. Nós precisamos, e o que já abordei com algumas das instituições e certamente os outros eleitos que estiveram com esta matéria e o Sr. Presidente da Câmara em especial, é que é preciso que a rede social identifique as potencialidades que tem para continuar o seu trabalho e identifique objetivos comuns da organização. É preciso que se identifique por onde começar a trabalhar ou por onde dar mais força ao nosso trabalho. E por exemplo, quero dizer, quero informar a Assembleia Municipal que há poucos dias criámos uma Equipa Municipal para o Combate, uma Equipa Municipal, mas com a nossa rede, para o Combate à Violência Doméstica, às Violências, melhor dizendo. Porque na primeira



reunião que fizemos identificámos que a violência não é só a violência doméstica, há uma realidade que é preciso aprofundar, que é preciso criar respostas, e essas respostas têm que partir da discussão, da informação, mas acima de tudo das potencialidades da nossa rede social. Nós não podemos canalizar para a Câmara Municipal ou para uma instituição da área social aquilo que entendemos ser a resposta do nosso território. Não, a resposta tem que ser construtiva por todos e para a construirmos temos que identificar prioridades, e essas prioridades devem ter por trás as maiores necessidades da nossa população. E se trabalharmos para resolver essas maiores necessidades estamos a dar um grande contributo na área social e estamos a contribuir para a maior coesão da nossa comunidade, e penso que é essa a motivação de todos. E o que queria dizer é que nós não conseguiremos responder a tudo, não conseguiremos mudar o mundo, mas não desistimos da nossa luta.

Das crianças nós temos já também uma forte intervenção, designadamente da rede social relativamente às crianças, mas vamos considerar também esta proposta, naturalmente. Sabemos que alguns Municípios acabaram de aderir à Rede da Cidade Amiga das Crianças, é uma matéria a que estamos abertos, tendo por detrás alguma reflexão de quais são os objetivos e o que é que pretendemos atingir com esse trabalho e essa intervenção. Já agora, não disse, mas também dizer-vos, estamos a trabalhar e vamos no próximo CLASA certamente fazer um debate muito interessante, tendo em vista promover uma Semana da Solidariedade, uma semana das nossas instituições sociais, porque há muita coisa boa feita no dia a dia das nossas instituições e que não é do conhecimento geral e que deve ser do conhecimento geral. Já dei esse exemplo no nosso 2º Congresso, foi muito interessante até para mim que estou cá há alguns anos e acompanho o dia a dia da comunidade, mas até para mim, surpreendeu-me a informação que algumas das nossas instituições trouxeram às sessões preparatórias do Congresso e ao próprio Congresso. E há com certeza muito espaço para divulgarmos, para debatermos e para aprofundarmos o nosso trabalho, também com as crianças, também com a CPCJ, com as instituições que trabalham hoje com as crianças, a Santa Casa da Misericórdia e outras instituições. Trabalho em parceria com certeza vai identificar caminhos.”

8.2.2.15 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Irei agora responder a um conjunto de outras questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado do CDS-PP, António Pedro Maco. Em relação às questões da promoção turística perguntou-nos o que estávamos a fazer. Nós já estivemos o ano passado na Feira do Turismo em Valladolid; estivemos já agora em Madrid recentemente, em janeiro; iremos estar na Bolsa de Turismo de Lisboa; vamos estar na Feira de Turismo também para o mercado espanhol, na Guarda, em abril deste ano, e na Feira de Turismo Económico e Imobiliário, em Paris, em maio.

Temos um trabalho de planificação em curso com a Associação dos Comerciantes de Almada aqui e de Setúbal. Há uma proposta feita pela Associação para um determinado teto de financiamento que lhe foi proposto. Está uma reunião agendada com a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal e com a nossa Divisão de



Turismo para a concretização desse projeto. Temos algumas intenções de instalação de unidades hoteleiras no nosso Concelho, umas mais avançadas do que outras, com maior ou menor capacidade de concretização, até porque para além das visitas interessa-nos que as pessoas cá permaneçam.

Deu entrada no Urbanismo um pedido para a criação da instalação de uma unidade hoteleira no edifício ao lado dos Serviços Técnicos de Almada. O pedido está para já em análise, para além de outras que são de carácter meramente exploratório. Existe também um conjunto de outras intervenções mais de fundo, designadamente não podemos desligar destes projetos de desenvolvimento turístico, enfim as iniciativas no sentido de logo em Lisboa e à saída do aeroporto ser distribuído material informativo relacionado com Almada e também as preocupações na área dos mapas da sinalética, algumas das questões que aqui foram colocadas pelos Srs. Deputados.

Há um conjunto importante de eventos que são conhecidos e cujo apoio por parte do Município não seriam compreensivos se não se inserissem nos Planos de Desenvolvimento, designadamente o Plano de Desenvolvimento Turístico, no caso da Costa da Caparica é um caso mais flagrante, mas em relação a outros grandes eventos que marcam Almada e que a tornam conhecida no plano nacional e plano internacional. Mas também a prioridade dada às intervenções na área do Almaraz e as iniciativas que encontraram bom acolhimento finalmente por parte do Governo em relação à utilização ou reutilização se quisermos, do Castelo de Almada, também se inserem nesse projeto, assim como os contatos havidos em torno da Torre Velha e em torno do Lazareto. Para citar algumas áreas de projeto e de investimento a que tem sido dada prioridade e em torno dos quais existem vários contatos.

Passava à questão da segurança, que foi colocada, GNR na Trafaria. Já fizemos sentir às entidades competentes a importância da qualificação dos espaços da GNR na Trafaria e não só, e como disse há pouco em relação ao Castelo, parece abrir-se caminho a que se possa dar outra utilização ao Castelo com a realocação do Corpo de Intervenção da GNR que é um Corpo de Intervenção para toda a Península de Setúbal, mas que está localizado, tem estado localizado até agora no Castelo. Há um processo relacionado também com terreno que há muitos anos tínhamos cedido na Charneca e enfim está agora, esse processo cremos que possa avançar e que se possa concretizar e que esse problema também possa ser resolvido.

Já iria à questão processo de delegação de competências nas Autarquias, pela sua dimensão gostaria de o tratar à parte.

As questões relacionadas com a derrocada do edifício na rua Sociedade União Artística Piedense que tem sido motivo de análise pelos nossos serviços no âmbito do inquérito, tal como foi pedido e cuja dimensão se revelou, e cujas características se revelou da maior importância para abordarmos uma questão que é uma questão fundamental. Nós temos, como muitos outros Municípios têm, zonas antigas, situações deste género nas quais existem casas onde existem, ainda habitadas. Os processos de intervenção quando não há disponibilidade do senhorio, por qualquer condição, são extremamente complicados e complexos e podem repetir-se situações desse género. O mero princípio desencadeado,



o mero princípio da precaução nem sempre é seguro que o processo não acaba em tribunal, sempre que a posse administrativa da Câmara pode ser considerada abusiva e o realojamento por iniciativa da Câmara considerado também ele precipitado e não justificado. E nessa medida temos aproveitado esta (enfim se é possível dizer assim) esta circunstância para aprofundar um conjunto de medidas que para já ficou na assunção completa do princípio da precaução, ou seja, a Proteção Civil assumirá e a Câmara assumirá em todos os casos que as pessoas identificadas com condições de consistência, robustez, que existe esse risco, a Proteção Civil deve retirar as pessoas da casa e retomar as medidas cautelares relacionadas com essa intervenção. É uma primeira medida, mas naturalmente temos que aprofundar essa matéria e esse processo está em curso neste momento.

Entretanto a pessoa foi realojada, a família que lá estava já foi realojada no edifício da Câmara e esse processo especificamente em relação a esse caso está praticamente no que diz respeito às pessoas. O que é necessário é fazer aquilo que o Sr. Deputado disse, é limpar aquela área, porque ainda existe ali uma situação de risco, aquilo confina também com um edifício que é nosso, embora não esteja em risco, mas pode justificar a limpeza de todo aquele quarteirão, pelo menos nesta fase.

Edifícios da Cova da Piedade, EDP. Aproveitava para dizer que em relação ao edifício da Cova da Piedade e ao projeto que justificou a sua aquisição, que foi poder-se instalar ali a Loja do Cidadão nas circunstâncias em que estávamos motivou diligências que estão em curso para reuniões com a Segurança Social, as Finanças e os Cartórios, as Conservatórias são as entidades críticas para que seja aceite a criação da Loja do Cidadão. E assim que esse processo esteja concluído se desenvolverá o projeto relacionado com isso.

Em relação à EDP, há contatos com a EDP ao nível do seu Conselho de Administração e também com a Faculdade de Ciências e Universidade Nova, para a concretização do projeto que tínhamos anunciado também em devido tempo, em relação àquele espaço.

Aproveitando para lembrar que muito embora possamos e devemos continuar a distribuir, as vezes que seja necessário, os esclarecimentos que nos peçam sobre a aquisição desses terrenos que, aliás, passam pela Assembleia Municipal, como os Srs. Deputados têm conhecimento e até o dossier na altura lhe foi fornecido, e aquele que iremos fornecer agora até é igual àquele que foi fornecido na altura da aquisição, pelo menos é esse o entendimento que temos da leitura do requerimento. Enfim, ficará com dois exemplares Sr. Deputado, mas de qualquer forma daremos depois os outros esclarecimentos que sejam necessários. Mas vamos analisar, já chegou às nossas mãos o texto do requerimento, vamos analisar com detalhe e naturalmente que não deixaremos de responder coisas novas que eventualmente lá estejam, assim como em relação às outras matérias que referiu, designadamente no que diz respeito ao Festival.

Convém dizer ainda que o Festival é deficitário. Nós já o temos dito, temo-lo dito noutras ocasiões e que é um investimento e só assim pode ser entendido, é um investimento no projeto de desenvolvimento turístico da Costa da Caparica. Foi um Festival que surgiu num contexto de emergência, poderíamos ter



considerado outra solução, precisamos fazer o Festival num ano, poder-se-ia, mas porque é que não deram isso a uma outra entidade e assumimos nós diretamente a responsabilidade do Festival. Não era possível nessa altura, entre março e agosto, enfim, fazer de outra maneira, ou pelo menos pensamos que não seria seguro e temos assumido até agora esse modelo. Mas é um investimento na promoção turística da Costa da Caparica, porque todos os dados, temos todo o gosto em disponibilizar, representam um ganho para a comunidade na divulgação do que é a Costa da Caparica, o número de contatos, enfim, as empresas que fazem a avaliação disso e com as quais nós também procuramos aconselhar-nos revelam que tem sido um investimento altamente produtivo em termos de interesse económico geral. Mas é um investimento do Município para bem de todos.

As questões do Centro de Saúde da Trafaria, penso que no essencial já foram respondidos.

A questão da grua da rua Eduardo Viana, é uma situação semelhante à situação da casa que caiu, só que não vive lá gente dentro, mas pode cair para a rua e pode provocar danos. Iremos com certeza diligenciar no sentido de saber o que se passa, sendo que as intervenções desta natureza, já agora dizer, para terem consistência no plano jurídico têm que ter consulta de três peritos especialistas em estruturas de engenharia, especialistas em estrutura. Também não é assim propriamente uma coisa que os serviços da Câmara tenham para fazer a todo o momento e em todas as circunstâncias. Por isso o princípio da precaução tem que ser utilizado, porque senão, e então com as dificuldades que às vezes há, e agora há em contratar serviços desta natureza, nunca mais lá chegávamos.

Sr.^a Deputada Odete Alexandre, a questão dos Pelouros. Pela infelicidade que é do nosso conhecimento tivemos que reorganizar os Pelouros, e entendemos que a melhor solução era que o Sr. Vice-Presidente assumisse na área dos seus Pelouros o Departamento de Intervenção Social e Habitação e que as áreas de Informática e Serviço de Saúde Ocupacional fossem entregues ao Sr. Vereador Francisco Navarro que continuará ainda assim a ter responsabilidades na área dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. É a distribuição de Pelouros que se optou, não estar a fazer grandes alterações e grandes mudanças nesta fase do Mandato.

Cova da Piedade. Em relação ao Chale Ribeiro Teles, não está definido qual é o destino. As razões do regresso à propriedade da Câmara têm a ver com a incapacidade da Associação de Professores intervir. Para podermos intervir tinha que voltar à Câmara. Teremos que ver se é ou se volta a ser com a Associação de Professores. Houve um compromisso que foi assumido em determinada altura, mas nós não estamos fechados a essa consideração. Lá por não terem sido capazes de fazer a obra, não quer dizer que não sejam capazes de gerir depois aquilo que lá fica e que a necessidade do edifício não seja para a Associação, não se mantenha. É uma avaliação que temos que fazer. Agora temos que intervir no edifício, isso penso que é consensual.

Em relação ao largo 5 de Outubro, quiosque. Em relação ao Coreto há uma intervenção que se irá fazer a breve trecho. Em relação ao espaço da 5 de Outubro, há alguns problemas de circulação de trânsito naquela área, que arrastaram o início da obra, e nesse contexto será resolvido o problema do Coreto,



que aliás nós passámos lá esta semana e está bastante degradado e até tem lá uma instalação à volta com umas chapas de alumínio, coisa pouco dignificante. Há pequenas coisas que se poderão fazer imediatamente. A outra intervenção, se a rua fica fechada junto ao edifício da Churrasqueira e fica fechada a rua que está junto ao Chalé ou não está, não são decisões que se possam tomar de animo leve, e esse estudo arrastou um pouco mais o início da obra. É essa a razão.

Loja do Cidadão, penso que já expliquei.

Julgado de Paz. Tivemos uma reunião com a Sr.^a Ministra, ainda com a Sr.^a Vereadora Maria do Carmo, na altura o que nos foi dito é que a questão dos Julgados de Paz não era a primeira prioridade, mas estava em avaliação. Foi durante o primeiro semestre do ano passado.

Sr. Deputado Nuno Matias, sobre a concessão e a informação prestada. Nós iremos tão longe quanto possível e se nos trouxerem uma informação de outra Câmara e de outra experiência que possa na vossa opinião ser melhor do que esta, estamos disponíveis para isso. Não temos nada a esconder em relação à informação que é de pleno direito os Srs. Deputados terem, e gostamos muito que gostem de assumir, não só gostem como até gostaríamos que tivessem condições para assumir plenamente a sua condição de Deputados. Para além daquilo que lhe é pago pelas senhas de presença, compreendemos que depois a outra disponibilidade é garantida a partir do civismo de cada um de vós. Pena é que a coisa se tenha agravado com a agregação de Freguesias em que perdemos tantos e tantos eleitos e também eleitos a tempo inteiro que também poderiam fazer para uma maior vigilância e um maior trabalho das Autarquias. Foi uma perda e um recuo grande que o Poder Local teve e que nós gostaríamos de poder tão rápido quanto possível recuperar.

Requerimento serão respondidos.

Sr. Deputado Courinha Leitão, eu penso que as questões que colocou sobre habitação social, muito pertinentes, o Sr. Vice-Presidente já respondeu, pensamos que é uma matéria da maior importância e não perderemos nenhuma oportunidade para qualificar os nossos bairros sociais, para recuperar as zonas que são zonas degradadas. O nosso desejo era que pudéssemos antes do fim do Mandato em relação às Terras da Costa conseguir fazer totalmente aquele realojamento, não é dar a eletricidade, é realojar as pessoas, as famílias em melhores condições. Agora, o 2º Torrão é um problema de muito maior dimensão e não podemos esquecer todos os outros, a questão do Chegadinho, o Rato, enfim, há uma série de outros que embora menos falados durante este Mandato, não estão de maneira nenhuma esquecidas por nós, pese embora as circunstâncias e até também o respeito que essas populações nos merecem. Penso que pode haver uma ótima oportunidade para em conjunto com este Plano Nacional podermos abordar esta matéria com outra e maior profundidade. Assim haja também e pensamos que haverá disponibilidade do Governo para se discutir estes assuntos com as Autarquias neste contexto. Sobre as questões dos resíduos já foram faladas. Intervenções nas vias, penso que também. É uma intervenção importante aquela que estamos a fazer sem querermos comparar situações, nós temos uma primeira avaliação para duzentos milhões de euros para pormos tudo, as vias como devem ser.



Duzentos milhões de euros como sabem é muito dinheiro. Temos uma programação de intervenção que é aquela que estamos a fazer em relação às áreas prioritárias, para termos de comparação Lisboa tinha de 2015 a 2020, 110km. Nós temos até 2018, 51km. Cada um faz o que pode e cada um tem os problemas que tem, mas é o que temos. Mas só serve de comparação para se ver o esforço que apesar de tudo representa para nós e em relação ao qual houve também um largo entendimento sobre essa matéria.

Sr. Deputado Fernando Santos bem-vindo. Não sou eu a quem cabe dizer bem-vindo, o Sr. Presidente o dirá. Opção vegetariana, que é opção de um prato vegetariano, está no caderno de encargos para fornecimento de refeições para este ano. E já agora também aproveitar porque me esqueci, em relação às obras no Complexo de Desportos. O Complexo dos Desportos pela sua idade merece uma intervenção profunda de manutenção. Aliás, é um problema que nós temos e que todos têm que é o problema da manutenção dos equipamentos, ao fim destes anos é um investimento de algumas centenas de milhares de euros de reabilitação no Pavilhão. Mas em relação concretamente aos Courts de Ténis é um problema de drenagem, fundamentalmente há um problema de drenagem que tem dificultado as marcações no terreno. Quando não chove aquilo funciona razoavelmente, mas não é uma situação que nos agrada e tenho ideia que nem sequer chegámos ainda a receber a obra. Agora não lhe sei, se chegou a fazer a receção da obra ou não, porque considerámos a certa altura que aquilo não estava aceitável.

Património. O Sr. Deputado Pedro Matias saiu mesmo na altura em que eu ia... Há um requerimento para pedir qual é o património municipal, esse levantamento foi feito, vem numa lista infundável e portanto o que se está a fazer é um tratamento para melhorar a leitura daquilo que lá está. Aquilo é uma lista enorme, mas vai-se fazer e com certeza que não deixará de ter a lista, mas é ter uma introdução que permita ter uma leitura mais fácil.

Sobre o processo de Delegação de Competências nas Autarquias. Como tem sido repetido da parte das Autarquias e ficou claro no Conselho Nacional da Associação Nacional de Municípios, as Autarquias estão disponíveis e a Autarquia de Almada para acolher novas competências, e não só para acolher novas competências como para recuperar competências que lhe foram retiradas, designadamente é o caso dos resíduos, do tratamento de resíduos, assim como outras dirão em relação à água e em relação a questões de importância estratégica para os Municípios e para as populações. Mas mesmo em relação a áreas novas, designadamente nas áreas sociais e naquela lista de áreas que estão referidas na Proposta de Lei que veio ao nosso conhecimento, pensamos, no entanto, que o conjunto das Propostas do Governo não estão bem cimentadas, nem bem articuladas. Pensamos nós, defendemos nós aqui em Almada que para sermos coerentes a descentralização que é disso que estamos a falar da Administração Central deveria encontrar outro nível que é o nível regional, para que se possam articular devidamente os três níveis e que portanto não se criem as dificuldades que se estão a encontrar, designadamente e com certeza serão mal resolvidas com o nível regional e com a



questão das CCDR, das Áreas Metropolitanas e das CIM (Comunidades intermunicipais), onde nitidamente aquilo que é dito, porque até em relação a essa matéria não se foi tão longe, pelo menos tanto quanto sabemos da reunião de ontem do Conselho de Ministros, que existem enormes dificuldades, indefinições de competências. Nós por exemplo temos responsabilidade sobre a distribuição das “Bolas de Berlim” nas praias da Costa da Caparica e sobre a reposição das areias, quem é que tem a responsabilidade? Nós podemos ficar com as “Bolas de Berlim” e eles com a reposição das areias, ou ao contrário. Há coisas que é preciso serem bem definidas. Depois é a Lei das Finanças Locais, nunca cumprida, e é necessário ter-se um ponto de partida que sejam das necessidades reais e não da média que foi uma média de subfinanciamento de alguns serviços. Subfinanciamento da saúde ou suborçamentação na saúde, suborçamentação na educação, suborçamentação na ação social se vamos fazer a média do suborçamentado começamos debaixo de água, como se costuma dizer. E é necessário que haja uma identificação daquilo que são as reais necessidades. Depois há questões de ordem legislativa, relacionado também com o pessoal e com a autonomia das Autarquia Locais que é necessário ficarem clarificadas. Mas o que é importante sublinhar é o nosso empenho total para que esse processo seja levado a bom termo, mas que se traduza de facto na melhoria da qualidade de vida e do serviço público às populações com os ganhos que a proximidade pode introduzir, mas não com o deitarmos ao ar ou deitarmos a perder aquilo que pode ser uma boa ideia e não deixarmos-nos arrastar às vezes por um certo populismo que se criou em torno destas coisas, e a conceção, isto agora vai para as Autarquias e as Autarquias vão resolver tudo. E então a gente sabe como não tem sido fácil mesmo em nós aqui para descentralizar algumas competências que gostaríamos de concretizar transferência de competências na área da limpeza urbana para as Freguesias. Só para falarmos neste nível, ou na limpeza de espaços verdes. Estas coisas não são depois em termos de materialização e de concretização tão fáceis como se descrevem no papel. Terá que haver aqui um processo que é gradual, mas que é bom, sendo gradual que os passos sejam efetivamente seguros e não que este papel enorme que o Poder Local tem desempenhado no nosso País, não se perca ou não se desacredite, porque fomos demasiado ambiciosos e pouco cautelosos naquilo que é uma estrutura tão importante. Mas a nossa posição é naturalmente de diálogo e procurar encontrar as melhores soluções.”

8.2.2.16 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Eu permitia-me confessar, o abuso de poder, ou pelo menos o abuso de confiança, porque tendo em conta que a CDU está sempre a dar tempo à Câmara eu não interrompi o Sr. Presidente no pressuposto que a CDU lhe dava o tempo, por isso esgotou o tempo da Câmara, o tempo da CDU e o tempo da Mesa, por isso eu não vou falar muito.

A outra nota é relativamente a esta questão da justiça e dos Julgados de Paz. Na reunião com a Sr.^a Ministra o que foi dito pela Sr.^a Ministra é que a sua primeira prioridade era a questão dos Tribunais



Judiciais, vendo qual era a situação e o que é que podia ser feito para aproximar a justiça dos cidadãos. E seria considerado logo que possível a questão da cobertura dos Julgados de Paz a nível nacional e com certeza nesse contexto seria também considerado aquilo que Almada colocou e que foi a questão da importância de um Julgado de Paz em Almada como tem por exemplo o Julgado de Paz no Seixal, que funciona bem e resolve muitos problemas.

A outra nota que eu queria dar e não é por uma questão de ajudar a Câmara, porque a Câmara não precisa de ser ajudada pela qualidade dos seus Eleitos, mas apenas dar nota que relativamente à questão da informação da distribuição dos Pelouros, da alteração que houve é que houve informação. A questão que se pode discutir foi o tipo de informação ou a qualidade de informação.

Porque quando são distribuídas aos Srs. Deputados Municipais as Minutas da Atas e as Atas da Câmara Municipal vem lá precisamente isso. E essa informação foi dada por isso nesse momento, a questão que se põe é de deveria ser apenas através da Ata ou se devia vir um documento formal em que dissesse que houve esta ou aquela alteração. É a questão que se põe, mas informações houve, a questionar os termos do tipo ou da qualidade.”

8.2.2.17 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só um breve comentário ao qual não consigo deixar de o dar na sequência de uma intervenção do Sr. Vice-Presidente e depois na sequência da intervenção final do Sr. Presidente, são dois comentários. O primeiro diria que o Sr. Presidente seria um excelente escritor destes instrumentos porque precisamente a exaustividade e a capacidade de nos dar informação sintética, mas objetiva é bastante relevante e isso acaba por contrastar com a intervenção anterior, quando se fala e tenta-se abordar as questões sociais. Eu sei que a pasta é recente, de qualquer modo queria sublinhar que o único comentário objetivo que fez foi sobre o Governo, sobre o Plano, sobre os 115 milhões e sobre tudo o resto que diz respeito às questões sociais são sempre colocadas no saco da complexidade e da multidisciplinidade, já não nos chega. Tal como não nos chega informação que não é quantificada, que não é objetiva.

Nós precisamos de saber em nome também da qualidade do nosso trabalho de números, de resultados, não é assacar constantemente responsabilidades ao Poder Central em matéria de habitação social ou qualquer outra. Sabemos todos de complementaridade, da forma como, até podemos pensar de forma divergente sobre papéis e responsabilidades políticas em determinadas áreas. O que nós temos efetivamente que ter nesta Câmara, é noção de quando se fazem e quando se questionam coisas objetivas. Há necessidade também de ter respostas objetivas e na área social é muito simples, quantas pessoas abrangidas, que montantes atribuídos, que montantes aprovados para determinadas matérias, intervenções pontuais em matéria de habitação social. Todos sabemos que a Câmara os tem. Reabilitar janelas, fazer pinturas, fazer isto, fazer aquilo. Mas em resultado quais são? Que resultados São. Portanto, este comentário peço imensa desculpa, mas não poderia deixar de o fazer, porque parcerias,



reflexões aprofundadas sobre matérias complicadas, sobre violência, nós já sabemos que isso são todos os problemas complexos que a área social representa. E por amor de Deus não me diga que habitação não é um problema central, 50% do rendimento dos portugueses é dedicado à habitação.”

8.2.2.18 – O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou ser genérico novamente, mas penso que as questões que aqui foram colocadas, tirando duas questões mais concretas, ainda assim não conclusivas, uma delas colocada sobre a rua da Alegria e a outra sobre o Centro de Saúde, mas foi abordado. Todas as outras intervenções foram genéricas, foram relativas ao Relatório ou Relatórios até ao futuro e a minha intervenção não tinha como objetivo substituir-me ao Relatório das Atividades, porque o Relatório é do conhecimento dos Srs. Deputados. Também relativamente a balanços, penso que estamos ainda longe dos balanços, não é o debate dos balanços. Os balanços sobre a intervenção municipal em cada uma das áreas há de fazer-se no momento adequado, um deles há de ser agora em abril quando falarmos sobre 2016 e o outro há de ser em outros momentos com certeza. E eu acho que respondi aos Srs. Deputados Municipais com aquilo que podia responder, que é a nossa intenção de trabalhar naquilo que é responsabilidade municipal, seja no realojamento, seja no trabalho social com as famílias, as famílias realojadas e as famílias não realojadas com uma intervenção do município e uma intervenção da rede social. Se isto não é objetivo, vou tentar perceber melhor da próxima vez, mas acho que não foi muito justa desta vez.”

8.3 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 218/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 19/10/2016, sobre “Adesão do Município à Comunidade Portuária de Lisboa”, (**Conforme Anexo XV**).

8.3.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.3.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Município de Almada foi convidado para integrar/aderir à Comunidade Portuária de Lisboa, é um convite que surge na sequência dos processos relacionados com a Margueira, com o novo porto em preparação para o Barreiro, com o facto de existirem aqui importantes unidades também de carácter logístico no nosso território e no quadro dos contatos havidos com a Comunidade, foi-nos dirigido, das reuniões havidas com a Comunidade, foi-nos dirigido esse convite. Nós poderíamos e consideramos que é uma mais valia para o Município integrar uma estrutura com esta importância, onde poderemos não só ter acesso a informação importante, como também poder partilhar informação que se dê apoio significativo a processos de decisão sobre questões de grande relevo para o nosso território. A proposta é que aceitemos esse convite e integremos a Comunidade Portuária de Lisboa.”

8.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 218/XI-4º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:



Deliberação

A Câmara Municipal submete para deliberação da Assembleia Municipal a “Adesão do Município à Comunidade Portuária de Lisboa”.

Para tanto invoca que a situação e condições hidrográficas ímpares de Almada com a sua frente ribeirinha do Tejo onde se encontram localizadas várias atividades de relevância estratégica nacional.

É neste contexto que se evidenciam, nomeadamente, o Arsenal do Alfeite, importante unidade industrial de manutenção e reparação de navios da Marinha Portuguesa e várias unidades fabris e de descarga e de armazenagem de sementes e de graneis sólidos alimentares e também de combustíveis, assim como de limpeza de navios tanque.

Acresce que é ainda em zona ribeirinha do município que vigora o Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água, abrangendo 1,7 km de cais de doca e 10 hectares de área molhada e em que se integram variadas atividades marítimo-turísticas e de promoção da mobilidade entre margens.

Esta situação, condições e planeamento do município de Almada têm suporte na atividade e nos objetivos de desenvolvimento económico da «Comunidade» firmados estatutariamente.

Considerando que se encontram também verificados os requisitos legais para a participação do Município de Almada na referida Comunidade.

Considerando também o convite da «Comunidade» para a participação do Município.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, al. n), do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e tendo em consideração o estipulado no art.º 32º, art.º 53º, nº 1 e art.º 56º, nº 3, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, delibera pela participação do Município de Almada, como sócio aderente, na Comunidade Portuária de Lisboa, associação de direito privado, com o nº 503438740, e sede em Lisboa no Cais de Alcântara.

8.4 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 219/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 1/2/2017, sobre “2ª Corrigenda às Opções do Plano e Orçamento do Município para 2017”, (**Conforme Anexo XVI**).

8.4.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.4.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tanto esta proposta como a proposta seguinte, as Opções e os Mapas Orçamentais, as Opções do Plano para 2017, como é do conhecimento de todos nós, nós temos desenvolvido um processo de participação o mais largo possível na construção do orçamento. Naturalmente que a conclusão nem sempre é, não é ainda, nem tem que ser do agrado de todos, mas têm-se procurado sempre incorporar ou levar tão longe a incorporação das propostas que nos são feitas. Por outro lado, também é do conhecimento geral que existe no processo de construção do orçamento a dificuldade que resulta de



não poderemos contar de imediato com o saldo de gerência que resulta do encerramento das contas do ano. E acontece e aconteceu que tendo sido alterados alguns dos mapas que foram distribuídos aos Srs. Deputados, não foram no dossier que vos foi distribuído, não estavam os mapas que os precediam e que lhe davam fundamento, não foram alterados. E quando iniciámos o exercício deste ano demo-nos conta que os mapas que estavam na aplicação não eram exatamente iguais, alguns dos mapas não eram exatamente iguais àqueles que vos tinham sido distribuídos. Trata-se de corrigir esses mapas e sendo que o valor global do orçamento, o valor global das opções do plano é o mesmo, porque esses mapas estavam corretos e foram distribuir os mapas corretos, mas na altura em que foram esses distribuídos não foram distribuídos os outros e mantiveram-se aqueles que inicialmente vos tinham sido dados. Lamentando isso, o que aqui se solicita é que se aprove a corrigenda às Opções do Plano tal como já expliquei.

Para qualquer esclarecimento também ainda, se entenderem, está aqui o Sr. Diretor Municipal, isto é uma questão de carácter técnico, ele depois poderá explicar.”

8.4.1.1.2 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara;

Espero não ser necessário qualquer solicitação ao Senhor Diretor.

Queira considerar o principio assumido pelos eleitos da Assembleia Municipal de que nas reuniões plenárias da Assembleia apenas falam os Eleitos. Os técnicos ou os dirigentes municipais podem intervir nas reuniões das Comissões. Se necessário o Sr. Presidente pede a interrupção da reunião, fala com o dirigente ou técnico, consulta-os e depois dirá de sua justiça. E vamos continuar a proceder assim.”

8.4.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 219/XI-4º, que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó e do PAN), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal aprovou na reunião plenária realizada no dia 30 de novembro de 2016, as Opções do Plano e o Orçamento do Município para 2017, com o valor global de 86.455.648,78 Euros, deliberação publicitada através do Edital nº 668/XI-4º/2016-17 de 2 de dezembro de 2016.

Entretanto a Câmara Municipal verificou a existência de incorreções em vários mapas do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento Municipal, embora mantendo o valor global correto.



Nestes termos, em consideração e para os efeitos do art.º 174º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 17 de janeiro e do artigo 25º, nº 1, alínea a), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal aprova as retificações aos Mapas do “Plano Plurianual de Investimentos”, do “Resumo do Orçamento” do “Orçamento da Despesa (classificação económica)”, do “Orçamento da Despesa (classificação orgânica/económica)”, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 01 de fevereiro de 2017.

8.5 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 220/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 1/2/2017, sobre “1ª Revisão Orçamento do Município”, (Conforme Anexo XVII).

8.5.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.5.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria é de outra natureza, resulta do facto de que à data da aprovação do nosso orçamento não estavam nem podiam estar previstas a introdução de rubricas que de qualquer maneira têm que ser acolhidas relativas a transferências que nos são feitas pelo Estado em matéria de receitas de impostos abolidos e de reposições não abatidas nos pagamentos. São matérias que resultam também do encerramento por parte do Estado das suas contas em relação e com reflexo no orçamento de 2017, e não existindo essa rubrica no orçamento para 2017 é necessário criar as rubricas e colocar lá as verbas respetivas. Aquilo que se trata é de criar no orçamento de 2017 as rubricas e por isso não se trata de uma alteração orçamental, não seria resolvido em contexto de Câmara, mas de uma revisão orçamental, porque estamos aqui a considerar rubricas novas que não estavam previstas no orçamento de 2017. Como disse são respeitantes aos impostos abolidos e a reposições não abatidas nos pagamentos. Em relação a outros acertos respeitantes a verbas, rubricas já existentes, não é necessário estar-se a fazer a revisão. Também na mesma matéria se for necessário o Sr. Diretor Municipal Pedro Filipe está disponível para qualquer esclarecimento.”

8.5.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 220/XI-4º, que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó e do PAN) e dezanove abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal uma proposta de revisão do Orçamento do Município para 2017, pela inscrição de novas rubricas no orçamento da receita.



A presente revisão orçamental suportada na necessidade de inscrição no orçamento das rubricas de receita dos “Impostos Abolidos (contribuição autárquica, sisa e imposto municipal sobre veículos)” e de “Reposições não abatidas nos pagamentos”, embora não produzam o aumento global do orçamento.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, em consideração, nos termos e para os efeitos dos princípios consignados nos pontos nºs 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a revisão ao orçamento do Município de Almada para 2017, através da inscrição das rubricas de receita dos “Impostos Abolidos” com a classificação económica 010207 e de “Reposições não abatidas nos pagamentos” com a classificação económica 15, nos termos e nos valores da deliberação camarária de 01 de fevereiro de 2017 e que totaliza o valor de 166.819, 98€ (cento e sessenta e seis mil oitocentos e dezanove euros e noventa e oito cêntimos).

8.6 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 221/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 13/2/2017, sobre “Autorização aos SMAS para assunção de compromissos plurianuais, exercício de 2017”, (**Conforme Anexo XVIII**).

8.6.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.6.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedia ao Sr. Vice-Presidente para apresentar, isto também se trata no fundo de uma correção.”

8.6.1.2 – O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O essencial da proposta é que resulta da Lei, de solicitação à Assembleia para que possamos assumir compromissos plurianuais. É assim de há uns anos para cá e é a proposta que fazemos. É evidente que alguns dos Srs. Deputados poderão perguntar porque razão estamos hoje a apreciar a proposta e não o fizemos já. Porque a boa prática diria que o pudéssemos ter feito na última Assembleia Municipal. Houve de facto aprovação num primeiro momento pela nossa Câmara Municipal que permitia essa vinda à Assembleia Municipal, na anterior Assembleia, por razões que acontecem a proposta na Câmara foi assumida como a proposta do Conselho de Administração que tinha um conjunto de vários pontos e este ponto acabou depois por não ganhar vida própria e não ganhar o caminho. E perdeu-se entre a deliberação da Câmara e a vinda à Assembleia Municipal e foi novamente o Sr. Presidente reagendou novamente na última reunião de Câmara para que não houvesse dúvidas de que tinha sido aprovado pela nossa Câmara Municipal e chegou hoje aqui. A proposta no essencial, tirando este lapso de caminho, a proposta é aquela que resulta do pedido de autorização à Assembleia nos termos da Lei, para podermos assumir compromissos plurianuais, alguns deles já incluídos no plano de atividades e



orçamento aprovado pela nossa Assembleia Municipal, mas também nos termos da Lei com a possibilidade genérica, aprovação genérica desde que não exceda os 99 mil 759 e 58 cêntimos.”

8.6.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 221/XI-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do CDS-PP e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Câmara Municipal em consideração da relevância para o normal funcionamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada solicita à Assembleia Municipal autorização para que o Conselho de Administração dos SMAS assuma compromissos plurianuais, que resultando da execução das Opções do Plano 2017, não excedam os 99.759,58€.

Considerando as antecedentes e a importância do referido instrumento para a boa e regular administração dos Serviços Municipalizados.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada em consideração, nos termos e para os efeitos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no seu artigo 6º e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, no seu artigo 12º, autoriza o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS, a assumir compromissos plurianuais.

8.7 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 222/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 13/2 /2017, sobre “Alteração ao Regulamento de Organização dos SMAS”, (**Conforme Anexo XIX**).

8.7.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.7.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pedia ao Sr. Vice-Presidente que apresentasse a proposta.”

8.7.1.2 – O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Orçamento de Estado do presente ano alterou uma situação injusta que a legislação desde 2012 tinha colocado, que era fortemente violadora da autonomia de organização do Poder Local, ao impor plafons para a macroestrutura da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados e o cúmulo disto tudo é esses plafons serem partilhados pelas duas estruturas. Nós tínhamos identificado há muito tempo a necessidade de ter pelo menos mais uma unidade orgânica nos Serviços Municipalizados, não foi possível quando da aprovação da macroestrutura porque o conjunto da Câmara e dos Serviços



Municipalizados usava o limite que era permitido pela legislação, o Orçamento de Estado deste ano veio permitir que possa a nossa organização decidir de acordo com alguma necessidade que tenha identificado e com bons critérios de avaliação e a proposta que trazemos é no sentido da criação de uma Divisão, uma unidade orgânica que corresponde à materialização de uma equipa multidisciplinar que tem estado a trabalhar nos últimos anos na área da comunicação e imagem e que tem para além de muita outra atividade, tem a responsabilidade de assegurar a informação à Assembleia Municipal, seja do Plano de Atividades, do Relatório e Contas e da informação que é presente a cada uma das sessões, e a proposta agora que o orçamento nos permite é que a Assembleia nos permita ter mais uma divisão e que essa divisão seja para uma área central que é a área da comunicação e imagem e da responsabilidade da informação aos nossos órgãos. E a proposta é de passar de 18 para 19 Divisões. Do ponto de vista dos custos não acrescenta nada, uma vez que o atual Chefe de Equipa está equacionado a Chefe de Divisão e é digamos transformar uma situação de projeto numa situação de Unidade Orgânica fixa na estrutura dos Serviços Municipalizados.”

8.7.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 222/XI-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do CDS e do PAN) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

O Conselho de Administração dos SMAS considera que a Equipa Multidisciplinar, designada Gabinete de Assessoria, Comunicação e Imagem, atingiu com sucesso os seus objetivos enquanto estrutura com a natureza de equipa de projeto, impondo-se convertê-lo em divisão municipal.

Entretanto é também considerado necessário para a realização de atribuições dos SMAS em matéria de compromisso social e ambiental manter as duas equipas multidisciplinares previstas no Regulamento de Organização.

Assim o Conselho de Administração submeteu a proposta à Câmara Municipal que como órgão executivo do município submete à Assembleia Municipal a respetiva alteração.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 6º, alínea c), do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, aprova a alteração do disposto no artigo 5º, nº 1, alínea c), do Regulamento da Organização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS, passando a ser de dezoito (18) o número máximo de unidades orgânicas flexíveis/divisões municipais.



- 9** – Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.
- 10** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco António Fernandes Navarro, Francisca Luís Baptista Parreira, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, António José Pinho Gaspar Neves e João Carlos Mateus Albuquerque.
- 11** - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e dos Jornalistas Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de trinta e dois Srs. Munícipes.
- 12** - Foi, entretanto, requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 13** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H40 do dia 18 de fevereiro de 2017.
- 14** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____